



Análise das políticas de investimento da China no exterior

Huang Wenbin
Andreas Wilkes

Análise das políticas de investimento da China no exterior

Huang Wenbin

Centro Mundial Agroflorestal, Escritório para a China e o Leste da Ásia, Pequim

Andreas Wilkes

Centro Mundial Agroflorestal, Escritório para a China e o Leste da Ásia, Pequim

Documento de Trabalho 125

© 2013 Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O conteúdo desta publicação é licenciado sob Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported License <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

Huang W e Wilkes A. 2013. *Análise das políticas de investimento da China no exterior*. Documento de Trabalho 125. Bogor, Indonésia: CIFOR.

Traduzido de: Huang W and Wilkes A. 2011. *Analysis of China's overseas investment policies*. Working Paper 79. Bogor, Indonesia: CIFOR.

Foto da capa © DJ Clark.

O centro comercial chinês Horizon, que inclui restaurantes e um hotel, em Maputo, Moçambique.

CIFOR
Jl. CIFOR, Situ Gede
Bogor Barat 16115
Indonesia

T +62 (251) 8622-622
F +62 (251) 8622-100
E cifor@cgiar.org

cifor.org

Gostaríamos de agradecer a todos os doadores que apoiaram esta pesquisa através de suas contribuições ao Fundo do CGIAR. Para uma lista dos doadores do Fundo, veja: <https://www.cgiarfund.org/FundDonors>

Todos os argumentos expostos nesta publicação são atribuídos aos autores e não necessariamente representam a posição do CIFOR, instituições representadas pelos autores ou financiadores desta publicação.

Índice

Siglas	iv
Agradecimentos	iv
Resumo	v
1 Fluxos de investimento da China no exterior	1
2 Atores da política de investimento da China no exterior	2
2.1 Visão geral	2
2.2 As principais agências de formulação de políticas	2
3 Etapas na elaboração de políticas de investimento da China no exterior	5
3.1 Visão geral	5
3.2 Medidas de promoção	10
3.3 Fundos especiais do governo	12
3.4 Apoio ao crédito	13
3.5 Políticas fiscais	14
3.6 Supervisão e medidas regulatórias	
4 Discussão	19
5 Referências	20
Anexo	
1 Políticas para apoiar empresas privadas que investem no exterior	22
2 Inventário das principais políticas de investimento da China no exterior	25

Lista de figuras e quadros

Figuras

1 Fluxos de investimento estrangeiro da China, 1982-2009 (bilhões USD)	1
2 Sistema de gestão do IED da China	2
3 Proporção de mudanças nas políticas de investimento no exterior por várias agências de formulação de políticas	3
4 Fluxos e desenvolvimento de políticas de investimento direto da China no exterior, 1982-2009	6
5 Número de políticas de investimento no exterior emitidas por ano (1983-2009)	7

Quadro

1 Extraído do guia do país para a República Democrática do Congo, do MOFCOM	16
---	----

Siglas

BMZ	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Alemanha
CADFund	Fundo de Desenvolvimento China-África
CBA	Associação de Bancos da China
CCPIT	Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CIFOR	Centro de Pesquisa Florestal Internacional
CRBC	Comissão de Regulação do Setor Bancário da China
CSRC	Comissão de Valores Mobiliários da China
EIA	Avaliação de Impacto Ambiental
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
GIZ	Sociedade Alemã de Cooperação Internacional
ICRAF	Centro Mundial Agroflorestal
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MEP	Ministério da Proteção Ambiental
MFA	Ministério das Relações Exteriores
MOF	Ministério das Finanças
MOFCOM	Ministério do Comércio
MOFTEC	Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica (nome posteriormente alterado para MOFCOM)
NBS	Centro Nacional de Estatística
NDRC	Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma
NPC	Comissão Nacional de Planejamento (nome posteriormente alterado para NDRC)
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PBC	Banco Popular da China
SAFE	Administração Estatal de Câmbio Externo
SASAC	Comissão Estatal de Supervisão e Administração de Ativos
SAT	Administração Estatal de Impostos
SEPA	Agência Estatal de Proteção Ambiental
SIA	Avaliação de Impacto Social
SOE	Empresa Estatal
ONU	Organização das Nações Unidas

Agradecimentos

Este documento de trabalho é um produto do projeto intitulado “Comércio e investimento chinês na África: Avaliação e monitoramento de *trade-offs* para economias nacionais, meios de subsistência locais e ecossistemas florestais”. O projeto foi apoiado por um financiamento do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha através da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) para o CIFOR e é implementado pelo CIFOR, o Centro Mundial Agroflorestal e a Universidade de Leipzig. A pesquisa para este documento de trabalho foi conduzida pelo Centro Mundial Agroflorestal da China e do Leste da Ásia em Pequim.

Resumo

Nos últimos anos, em linha com a estratégia *Going Out* (Indo para fora) da China anunciada em 2000, as atividades de investimento da China no exterior têm aumentado muito e a taxas crescentes. Até o final de 2009, o valor total do investimento estrangeiro direto (IED) da China atingiu USD 5,6 bilhões (MOFCOM, NBS e SAFE 2009). Diversas políticas têm desempenhado um papel importante na concretização dessa tendência através da facilitação e do incentivo para que empresas chinesas invistam no exterior. Este documento de trabalho resume essas políticas com base em uma análise das mudanças políticas ao longo do tempo e identifica as principais forças motrizes dessas mudanças. O documento é finalizado destacando algumas questões-chave de pesquisa relevantes para uma compreensão profunda dos impactos do comércio e investimento chinês na África.

A frequência com que as políticas relacionadas ao IED são emitidas está claramente ligada com as mudanças na escala de investimento do IED. De 1979 a 2001, cerca de quatro políticas relacionadas ao IED foram emitidas a cada ano e os investimentos no exterior eram limitados. A partir de 2002, depois que a China desenvolveu formalmente a sua estratégia *Going Out*, em 2000, a frequência de políticas aumentou para mais de 15 por ano. O principal objetivo das políticas relevantes emitidas desde 2002 tem sido impulsionar o desenvolvimento no exterior. No entanto, as bases do sistema de gestão do IED da China foram estabelecidas em períodos anteriores.

Uma análise de documentos de política chinesa relacionados ao IED revela que um total de 26 agências do governo estavam envolvidas na formulação de políticas. Mais de 50% foram emitidas por agências de nível ministerial responsáveis pelo

comércio e gestão cambial e 20%, por órgãos responsáveis pela gestão financeira, incluindo o Ministério das Finanças, o Banco Central e agências reguladoras.

Mais pesquisas são necessárias para compreender os processos políticos, sobretudo, tendo em vista as mudanças no contexto no qual o IED chinês está ocorrendo. Entre as mudanças, cuja relevância e impacto nos processos políticos são mal compreendidos, estão: o novo contexto criado pela crise financeira internacional no início de 2008 e as respostas políticas para as iniciativas internacionais e regulamentações no exterior, referentes às salvaguardas e padrões sociais e ambientais. Apesar do número considerável de políticas emitidas, até agora não houve quase nenhuma análise sobre como o *feedback* é obtido, tais como o aprendizado a partir de investimentos fracassados ou como as agências governamentais monitoraram a implementação das exigências destas políticas. Outras pesquisas nessas áreas iriam melhorar a compreensão da relação entre as atividades do IED da China e suas políticas nacionais.

O projeto “Comércio e investimento chinês na África: Avaliação e monitoramento de *trade-offs* para economias nacionais, meios de subsistência locais e ecossistemas florestais”, lançado em março de 2010, tem como objetivo promover a compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais do investimento chinês em *commodities* ou setores que afetam as florestas e meios de subsistência na África (por exemplo, madeira, mineração e agricultura) e reforçar a capacidade dos tomadores de decisão do governo, da sociedade civil e do setor privado de aprovar reformas para maximizar os benefícios sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos adversos.

1. Fluxos de investimento da China no exterior

O fluxo de investimentos chinês no exterior durante os últimos 30 anos pode ser dividido em três fases distintas.

Fase 1: 1979-1990, início . Durante essa fase, a China emergiu dos impactos políticos da Revolução Cultural e reformulou sua estratégia nacional de desenvolvimento para se concentrar no desenvolvimento e modernização de sua economia (Voss et al. 2008). Apesar dos anos de 1980 e 1990 terem sido caracterizados pela crescente liberalização do mercado e incentivo da iniciativa privada, dentro da rubrica geral do processo de reforma da “economia de mercado socialista”, a maioria das empresas continuou a operar no âmbito do sistema de planejamento econômico do Estado e suas atividades foram restringidas pelos regulamentos do governo. O governo tratou os investimentos no exterior com cautela e apenas algumas empresas estatais selecionadas tiveram a oportunidade de investir no exterior (Voss et al. 2008). Além disso, durante esse período, as reservas cambiais eram limitadas e as atividades de investimento no exterior eram muito

raras (Chen 2009). Como resultado, os níveis de fluxos de investimentos eram baixos, com uma média de menos de USD 0,9 bilhões por ano (Figura 1).

Fase 2: 1991-2001, desenvolvimento instável.

Durante esse período, o montante total de investimento estrangeiro aumentou muito, porém, como essa atividade econômica não era uma prioridade para o crescimento econômico da China, os fluxos de investimento foram voláteis, com grandes oscilações durante anos. Em 1991, o valor dos investimentos realizados no exterior foi um pouco maior que USD 0,9 bilhões, no entanto, em 1992 esse valor mais do que quadruplicou para USD 4 bilhões. Esse nível manteve-se constante em 1993, mas em 1994 caiu em 50% para USD 2 bilhões. Ao longo dos quatro anos seguintes (1995-1998), esse valor aumentou de forma constante. Contudo, em 1999, caiu drasticamente para o nível de 1991 (Figura 1). Vários fatores complexos contribuíram para essa volatilidade, mas as mudanças nas políticas durante esse período tiveram um impacto importante.

Fase 3: 2002-presente, desenvolvimento rápido e constante. Em 2000, o governo central da China anunciou formalmente a estratégia *Going*

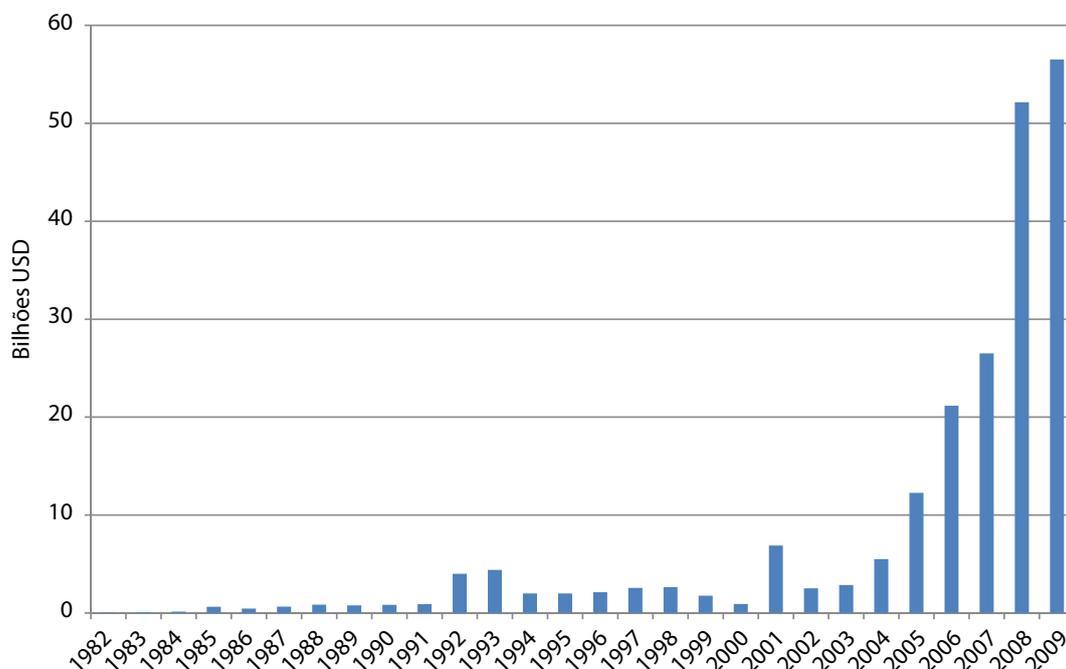


Figura 1. Fluxos de investimento estrangeiro da China, 1982-2009 (bilhões USD)

Fontes: Dados de 1982-2002 com base em Relatórios de Investimento Mundial da UNCTAD, os dados de 2003-2009 são do Boletim de investimento estrangeiro da China (publicado pelo MOFCOM, a NBS e o SAFE), compilados pelos autores.

Out, cuja implementação tem desempenhado um papel importante no estímulo ao investimento chinês no exterior nos últimos anos. Os fluxos do IED aumentaram muito durante esse período, de USD 2,5 bilhões, em 2002, para USD 56,5 bilhões, um aumento de mais de 2000% (Figura 1).

2. Atores da política de investimento da China no exterior

2.1 Visão geral

Várias agências administrativas do governo central na China são responsáveis pela formulação formal de políticas. Uma compilação de políticas de investimento no exterior e uma análise das agências responsáveis pela emissão dessas políticas indicam que 26 agências do governo central estavam envolvidas no processo de formulação de políticas.

Essas agências do governo central podem ser classificadas em quatro níveis gerais (Figura 2). O órgão de decisão superior é o Conselho do Estado, que é responsável pela gestão global do governo da China e pelas decisões importantes que afetam a economia e a sociedade. O segundo nível é composto pelas agências centrais, de nível ministerial, envolvidas na gestão de investimento no exterior: o Ministério do Comércio (MOFCOM) e a Administração Estatal de Câmbio Externo

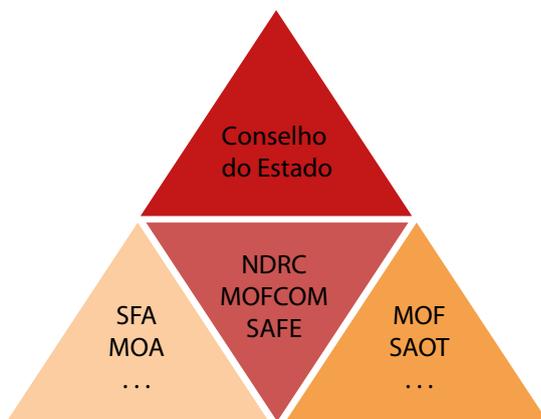


Figura 2. Sistema de gestão do IED da China

SFA é a Administração Florestal Estatal, MOA é o Ministério da Agricultura, SAOT é a Administração Estatal de Impostos

(SAFE). Essas agências desenvolveram a maioria das políticas analisadas neste documento de trabalho. Dada a sua importância, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), que historicamente tinha responsabilidades fundamentais para a aprovação de investimentos no exterior e era informalmente chamada de “pequeno Conselho do Estado”, também pode ser considerada parte desse segundo nível.

O terceiro nível é composto por agências operacionais responsáveis por diversas áreas, como finanças e tributação. Seu papel consiste, principalmente, em auxiliar os ministérios essenciais para garantir que as políticas sejam coordenadas com outras políticas existentes e em auxiliar na emissão e implementação de políticas. O quarto nível é composto por ministérios, como os responsáveis pela mineração, agricultura e silvicultura. Cada um desses ministérios é responsável pelas políticas de seu próprio setor, mas é menos influente na determinação da política de investimento no exterior que afeta seu respectivo setor. Além do exposto acima, as agências subordinadas a cada ministério de nível provincial também desempenham um papel importante, pois eles são os principais órgãos responsáveis pela execução dessas políticas.

Um exame do papel de cada agência na emissão de políticas relevantes durante os últimos 30 anos mostra que o MOFCOM e a SAFE são as agências mais importantes, tendo emitido mais de 50% dessas políticas¹. Se a NDRC é incluída como uma agência ministerial de núcleo, então esse segundo nível de autoridade é responsável por 56,1% do número total de políticas relacionadas ao IED emitidas. Embora o Conselho do Estado emitiu apenas 5,9% das políticas, sua influência é enorme. Algumas agências no terceiro nível, o Ministério das Finanças (MOF), a Comissão de Valores Mobiliários da China (CSRC) e o Banco Popular da China (BPC – o banco central chinês), também são importantes, responsáveis por quase 20% das políticas emitidas (Figura 3).

2.2 As principais agências de formulação de políticas

Conselho do Estado. O Conselho do Estado é o órgão de nível mais elevado no governo central. Ele

¹ Os nomes destas agências mudaram com o tempo. A análise deste documento de trabalho utiliza os nomes de todas em 2011, mesmo que as políticas tenham sido lançadas sob os nomes que elas tinham na altura do lançamento.

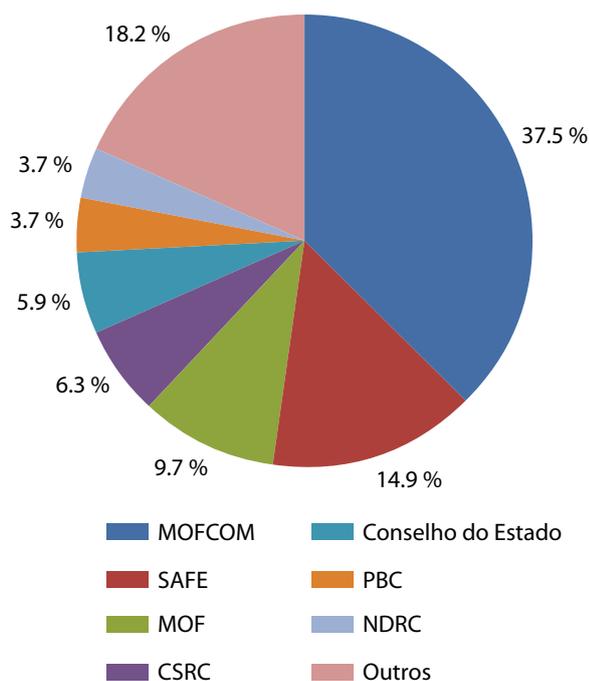


Figura 3. Proporção de mudanças nas políticas de investimento no exterior por várias agências de formulação de políticas

Fonte: Elaborado pelos autores

é responsável pela elaboração e desenvolvimento de políticas, leis e regulamentos, bem como pela coordenação do desenvolvimento econômico nacional. O Conselho do Estado desenvolve as maiores estratégias econômicas e toma as principais decisões políticas, embora medidas políticas específicas possam ser emitidas por órgãos subordinados, como a SAFE ou o MOFCOM (Zhao 2006).

Ministério do Comércio (MOFCOM). O MOFCOM² foi estabelecido com sua forma atual e mandato em 2003. As principais responsabilidades do MOFCOM em relação ao IED chinês são:

² O MOFCOM evoluiu do Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC) e em 2003 tornou-se responsável pelo comércio doméstico, a coordenação econômica exterior e a coordenação das atividades relacionadas ao comércio internacional em produtos industriais, materiais crus e produtos semiacabados pela Comissão Estatal Comercial e Econômica e pela Comissão Estatal do Desenvolvimento e Planejamento (Munro e Yan 2003). O MOFTEC foi a organização sucessora do Ministério das Relações Econômicas Exteriores e Comércio (MOFERT) após a sua reorganização em 1993. Para simplificar, usamos o nome MOFCOM em todo o documento, mesmo reconhecendo que as três organizações variavam em termos de suas responsabilidades específicas e o escopo das funções.

- Supervisão do IED chinês através da elaboração e implementação de políticas e regulamentos e através do exame dos pedidos de aprovação de projetos do IED não financeiros;
- Negociações bilaterais e multilaterais sobre investimento e tratados de comércio, representando a China na Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas internacionais;
- Garantia do alinhamento das leis econômicas e de comércio da China com os tratados e acordos internacionais; e
- Coordenação da política de ajuda externa da China e outros sistemas de financiamento e empréstimos relacionados (Munro e Yan 2003).

Essas funções fornecem ao MOFCOM oportunidades diretas e indiretas para orientar e influenciar o alcance e direção do IED da China (Zhang 2003)

Administração Estatal de Câmbio Externo (SAFE).

A SAFE foi criada em 1979, como parte do Banco da China, e é responsável pela administração do uso e fluxo de câmbio (Shan 1989, Lin e Schramm 2003, Zhang 2004). A SAFE consolidou atividades e responsabilidades que antes eram distribuídas entre vários ministérios em relação à supervisão do controle cambial da China (Lin e Schramm 2004)³. Embora a autoridade sobre a SAFE tenha sido transferida em 1982 do Banco da China para o recém-criado banco central, o Banco Popular da China (BPC), a SAFE manteve-se relativamente independente até uma reestruturação do governo no final de 1998 (Shi e Gelb 1998, Lin e Schramm 2003). Essa reestruturação fez com que a SAFE fortalecesse o seu mandato em relação ao IED de quatro maneiras:

- Assumindo a responsabilidade de elaborar relatórios sobre dados da balança de pagamentos para o Conselho do Estado e o Fundo Monetário Internacional;
- Fazendo recomendações sobre a política cambial para o Banco Popular da China;

³ A SAFE evoluiu da Administração Estatal de Controle Cambial (SAEC) em 1994, que, por sua vez, é a sucessora da Administração Estatal Geral para o Controle Cambial (SGAEC) em 1982 (FMI 1983, 1989 Shan, Bumgarner e Prime 2000). Para simplificar, este documento utiliza o termo SAFE em todo o trabalho, mesmo reconhecendo que as três organizações tinham escopo e responsabilidades diferentes.

- Supervisionando a transferência de divisas para o exterior e para a China sob a conta de capital do balanço de pagamentos; e
- Gerenciando as reservas cambiais da China (Zhang 2004).

Comissão Nacional de Desenvolvimento e

Reforma (NDRC). A NDRC é muitas vezes referida pelo seu nome anterior, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento do Estado, que surgiu a partir da estrutura institucional da Comissão de Planejamento do Estado (Munro e Yan 2003). A NDRC é o principal órgão do governo que planeja, regula e coordena o desenvolvimento da economia nacional e da política industrial. Suas funções incluem regulamentar os investimentos do governo nas indústrias domésticas (Pearson 2005) e desenvolver “estratégias, metas e políticas para equilibrar e otimizar os investimentos da China no exterior” (Munro e Yan 2003: 4). Com esse papel, a NDRC tem oferecido orientações sobre o acesso de empresas nacionais a empréstimos bonificados para financiar sua internacionalização (Schwartz 2005). Na mesma linha, a NDRC, em cooperação com o MOFCOM, publicou um catálogo de países anfitriões que lista os países para os quais o governo chinês subsidia projetos do IED (Zweig e Bi 2005). A NDRC também está envolvida no processo de aprovação do IED chinês. Projetos do IED chinês de larga escala em setores industriais, tais como recursos naturais e outros projetos, envolvendo grandes somas de moeda estrangeira, precisam da aprovação prévia da NDRC para a realização do investimento.

Ministério das Finanças (MOF). O MOF foi criado em 1949. Suas principais responsabilidades incluem:

- Elaboração de estratégias de desenvolvimento, planos e políticas para os setores fiscal e tributário da China e cooperação no desenvolvimento de políticas macroeconômicas baseadas em tendências econômicas previstas;
- Elaboração de leis e regulamentos sobre gestão fiscal, tributação e contabilidade;
- Gestão das receitas e despesas do governo central, incluindo preparação do orçamento anual, fiscalização de sua utilização e elaboração de relatórios para o governo central.

O MOF é também responsável pelas negociações e acordos sobre as atividades fiscais da China no exterior, por exemplo, a dívida.

Banco Popular da China (PBC). O PBC foi estabelecido como o banco central da China, em

1983, e atualmente é supervisionado diretamente pelo Conselho do Estado (Zhang 2004). O PBC é responsável pelas políticas e normas financeiras globais e pelas relações com organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial. Ele também supervisiona e administra as reservas cambiais da China. O PBC impôs mudanças significativas no sistema de gestão cambial da China em 1994, alterações estas que deram ao PBC controles cambiais mais rígidos. Com a sua autoridade conjunta sobre as políticas monetárias e financeiras domésticas e de controle cambial, o PBC ganhou a habilidade de arbitragem entre essas funções. A gestão cuidadosa das reservas de divisas da China, utilizadas em projetos de investimento internacionais por empresas chinesas, ajudou o PBC a atingir vários objetivos monetários nacionais, incluindo uma taxa de inflação estável e baixa. Isso ocorreu porque as empresas nacionais puderam ser incentivadas a realizarem despesas em iuanes para reduzir a pressão sobre a oferta monetária (Pettis 2005). Antes de 1992, o PBC regulamentou o setor de serviços financeiros e, conseqüentemente, os investimentos estrangeiros de instituições financeiras. Em 1992, as responsabilidades sobre títulos, seguros e serviços bancários foram distribuídas entre autoridades reguladoras independentes, uma das quais é a Comissão de Regulação do Setor Bancário da China, que hoje aprova projetos do IED por bancos chineses (Pearson 2005).

Comissão de Valores Mobiliários da China

(CSRC). A CSRC foi criada em 1990 como uma agência ministerial responsável pela gestão global de valores mobiliários do país e dos mercados futuros. Em relação ao IED da China, essa agência é responsável pela aprovação e supervisão das ações de empresas chinesas no exterior e atividades de debêntures, listagens de ações de mercado e atividades financeiras relacionadas. Embora a CSRC seja a principal agência de gestão, o seu verdadeiro papel na supervisão de listagens no exterior limita-se a fazer sugestões e fornecer coordenação. A maior parte do trabalho de fiscalização é realizada pelas agências responsáveis no local da listagem (Liao 2009).

O sistema de divulgação de informações para listagem de empresas melhorou desde que o mercado de valores mobiliários da China foi estabelecido. O sistema agora opera sob a Lei de Valores Mobiliários de 2006, a qual requer várias formas de divulgação de informações: publicação de um resumo do prospecto; comunicação em tempo adequado (incluindo relatórios anuais e semestrais); relato de eventos-

chave (por exemplo, fusões e aquisições); relatórios de diretores e gerentes seniores para os acionistas; e relatórios de informação requeridos por corporações da bolsa de valores (Liao 2009).

As empresas listadas no exterior estão incluídas nesse sistema. A exigência de que as empresas chinesas cumpram com as normas de divulgação de informações no país de listagem é confirmada no documento CSRC “Vários pareceres sobre a implementação de maior divulgação de informações pelas companhias listadas no exterior”. A CSRC publica relatórios sobre empresas listadas em seu site oficial, o qual também apresenta listas de empresas domésticas e estrangeiras.

Comissão Estatal de Supervisão e Administração de Ativos (SASAC). A SASAC foi estabelecida pelo Conselho do Estado, em 2003, para representar o governo chinês em empresas estatais (SOE) não-financeiras. Como o governo chinês é o proprietário e investidor em empresas estatais, a SASAC tem responsabilidades e poderes de grande alcance (Pearson 2005, Naughton 2007). Antes da criação da SASAC, suas funções foram divididas entre a Comissão Estatal Comercial e Econômica e vários ministérios e outras autoridades do governo que controlavam e supervisionavam companhias dentro de seus respectivos setores. Algumas vezes, isso criou competição entre as empresas estatais (Mueller e Lovelock 2000, Munro e Yan 2003, Pearson 2005).

O objetivo da SASAC como um investidor é assegurar que as empresas estatais sob a sua supervisão se mantenham competitivas e aumentem sua rentabilidade e o valor dos ativos sob seu controle (Pearson 2005). No entanto, permanece questionável se tal instituição pode alcançar esse tipo de objetivo (Clarke 2003), porque a sua supervisão é dividida: a SASAC nacional controla diretamente mais de 120 empresas estatais, enquanto SASACs subnacionais atuam no nível provincial (Naughton 2006, 2007). Ambos os níveis da SASAC exercem seu poder através da nomeação de gerentes superiores para empresas estatais e pelo envolvimento nas principais tomadas de decisão de empresas sob seu controle (Naughton 2007). Um número considerável de posições de gerência sênior é nomeado diretamente pelo Partido Comunista Chinês (Naughton 2007). Essa estrutura e a forte influência do partido não conduzem necessariamente à nomeação dos candidatos mais adequados e isso tem várias implicações para as operações de empresas domésticas e internacionais. Projetos do IED operados por empresas estatais

sob a supervisão da SASAC provavelmente não são decididos sem a aprovação explícita da SASAC. A decisão de investir no exterior, através da abertura de novos investimentos ou aquisições, pode ser considerada uma decisão importante que afeta a rentabilidade da empresa e o valor dos ativos envolvidos. Portanto, qualquer projeto do IED desenvolvido por uma empresa estatal (SOE) afeta os objetivos principais da SASAC.

Exemplos de empresas chinesas sob o controle direto da SASAC que investem no exterior incluem as seguintes sete empresas estatais, as quais estão classificadas entre as 100 melhores empresas multinacionais dos países em desenvolvimento (UNCTAD 2006): China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), China National Petroleum Corporation (CNPC), Sinochem Corporation, China State Construction Engineering Corporation, China Minmetals Corporation, China Cereals, Oils and Foods Company (COFCO) e TCL (através de participações da SASAC em Huizhou Municipal Investment Holdings). A SASAC também controla estatais menores, como a *China Aviation Oil*, que tem operações em Singapura, e a empresa de comércio internacional Sinosteel.

3. Etapas na elaboração de políticas de investimento da China no exterior

3.1 Visão geral

A frequência com que as políticas de investimento da China no exterior são emitidas e sua direção estratégica têm variado ao longo do tempo. Nas duas primeiras fases, de 1979 a 2001, a frequência de novas políticas foi baixa, em torno de quatro por ano. O sistema de planejamento econômico ocasionou processos de gestão restritivos e falta de recursos para investimentos, resultando em atividades de investimento muito limitadas. No entanto, o investimento estrangeiro tornou-se gradualmente um foco maior na economia nacional e a China desenvolveu formalmente sua estratégia *Going Out*. Desde que essa estratégia foi anunciada, em 2000, políticas do IED têm sido emitidas com mais frequência – aumentando para mais de 15 por ano desde 2002 (Figura 3). A maioria dessas políticas foi elaborada para aumentar o investimento no exterior.

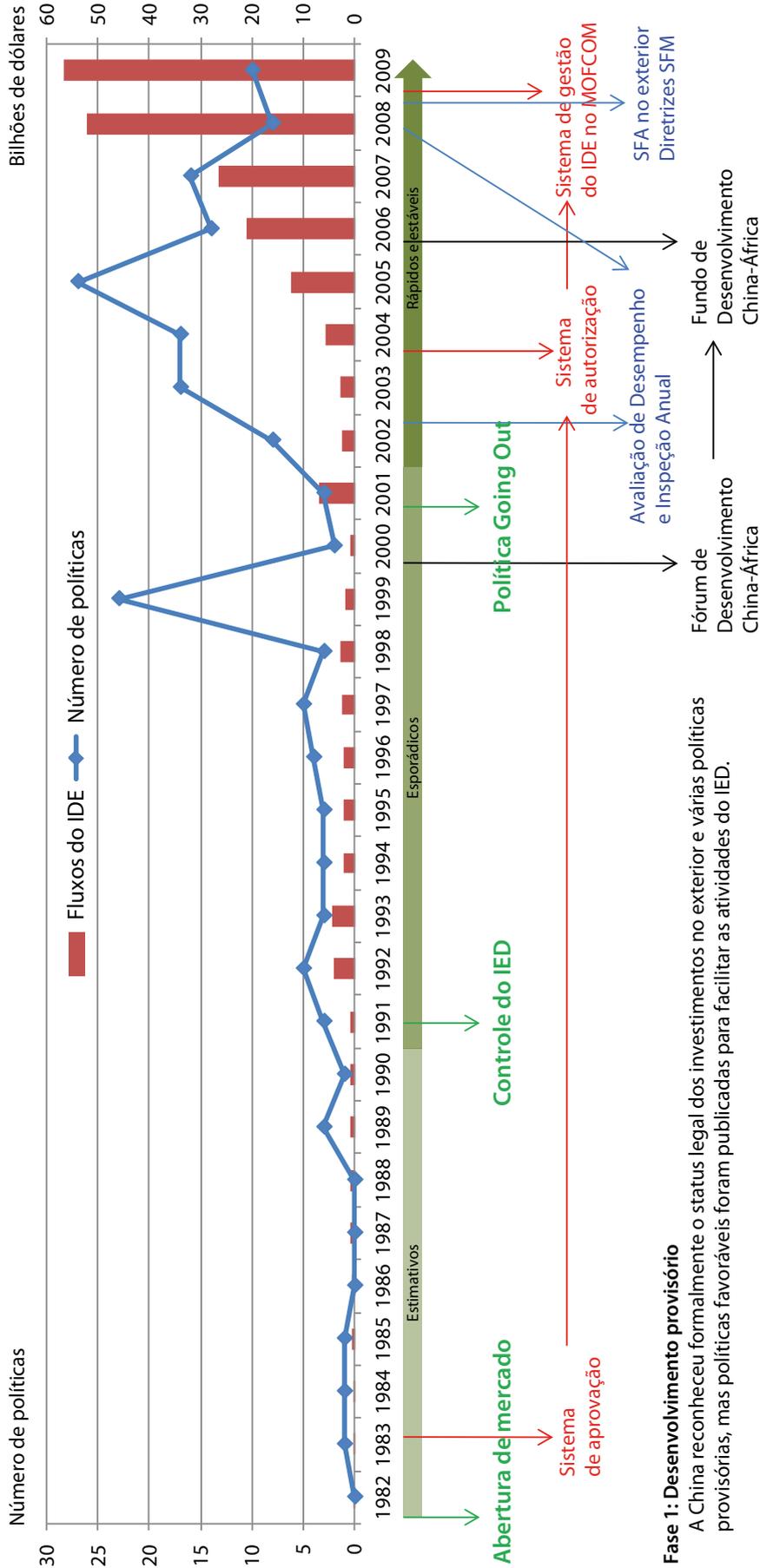


Figura 4. Fluxos e desenvolvimento de políticas de investimento direto da China no exterior, 1982-2009

Fontes: Dados de 1982-2002 com base em Relatórios de Investimento Mundial da UNCTAD, os dados de 2003-2009 são do Boletim de investimento estrangeiro da China (publicado pela MOFCOM, NBS e SAFE), compilados pelos autores.

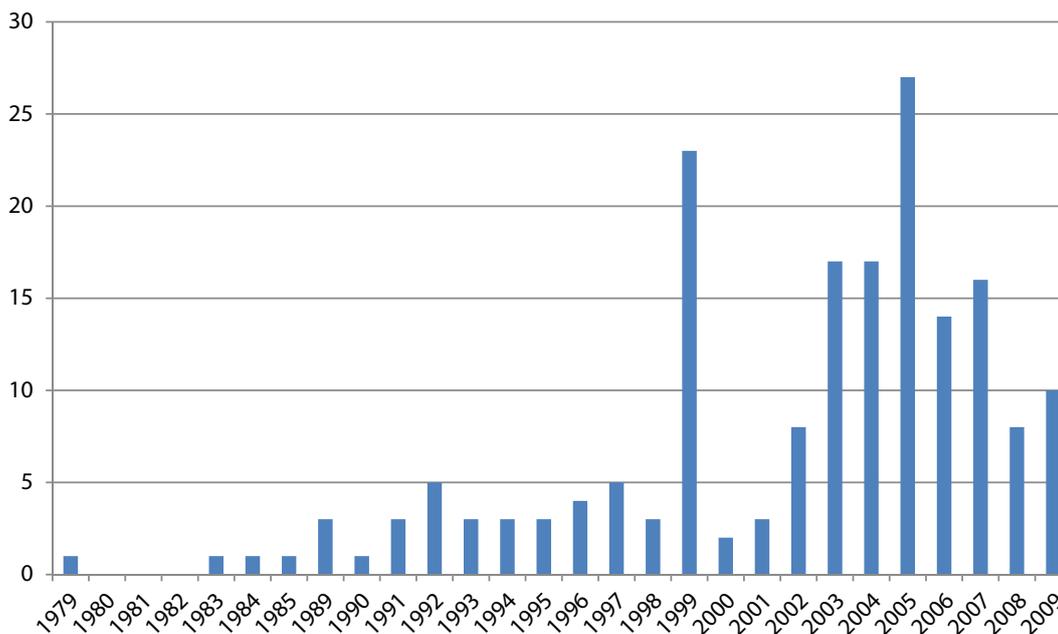


Figura 5. Número de políticas de investimento no exterior emitidas por ano (1983-2009)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fase 1, 1979-1990. De uma perspectiva política, essa fase pode ser dividida em dois períodos. O período de 1979 a 1982 foi de uma fase experimental. A China reconheceu formalmente o status legal dos investimentos internacionais e fez algumas tentativas para investir no exterior. Isso se refletiu nas “Quinze medidas de reformas econômicas” do Conselho do Estado emitidas em 1979, em que a 13ª medida explicitamente permitiu que diversas companhias estabelecessem empresas no exterior (Lu 2002). Durante o período 1983-1990, o governo encorajou ativamente o investimento estrangeiro, publicando várias políticas que facilitaram as atividades do investimento das empresas. Essas políticas também estabeleceram as bases preliminares para o sistema de gerenciamento de investimento estrangeiro, em vigor atualmente.

Em 1983, o Conselho do Estado designou o Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC), antecessor do MOFCOM, como a autoridade para aprovar IED, e preliminarmente definir o procedimento para as empresas fazerem investimentos no exterior. Em 1985, para simplificar os procedimentos e reduzir o tempo de aprovação, o MOFTEC publicou “Os procedimentos de aprovação e método de gestão para o estabelecimento de gestão não comercial de empreendimentos conjuntos no exterior”, os quais

definiram os procedimentos de pedido e aprovação de investimentos no exterior. O MOFCOM e as autoridades superiores (governos de províncias, ministérios relacionados, etc.) das companhias investidoras eram as agências responsáveis por conceder a aprovação com base na importância do investimento. Consultas com as agências responsáveis do destino do investimento também eram necessárias. Por exemplo, o MOFCOM foi responsável pela aprovação de projetos no valor de mais de USD 1 milhão; projetos abaixo deste valor eram da responsabilidade da agência pertinente dentro da empresa. Para se candidatarem, as empresas precisavam completar procedimentos complicados e apresentar, entre outras coisas, a proposta do projeto, um estudo de viabilidade e os estatutos e regimentos da empresa.

A função da SAFE na gestão cambial determinou o seu papel em investimentos no exterior. A SAFE publicou a política sistemática “Método de gestão cambial para investimentos no exterior”, em 1989, e emitiu normas de implementação em 1990. Esses documentos estabeleceram o sistema de gestão cambial para investimentos chineses no exterior e determinaram o papel fundamental da SAFE na aprovação de investimentos no exterior, tanto antes quanto após a aprovação pelo MOFCOM. Antes que uma empresa pudesse buscar a aprovação do

MOFCOM, a SAFE deveria analisar seus recursos cambiais e avaliar o risco do investimento baseado na certificação de recursos fornecidos pela empresa. Depois de obter a permissão do MOFCOM, ao transferir as divisas para o exterior, a empresa tinha que apresentar vários documentos à SAFE, incluindo o documento de aprovação do MOFCOM, os resultados da análise dos recursos cambiais, o contrato do projeto e o documento de certificação relacionado à quantidade de divisas. A SAFE também exigia que as empresas mantivessem 5% de suas divisas como depósito com fins lucrativos. Esse regulamento esteve em vigor por mais de 10 anos e teve uma forte influência na gestão cambial.

Para fortalecer a administração contábil, em 1989, o PBC publicou o “Método de gestão temporária de companhias de comércio exterior, de seguros e financeiras” e o MOF publicou o “Método temporário para gestão contábil do câmbio não comercial para unidades no exterior”. Esses regulamentos definiram o âmbito do capital estatal, os métodos de repartição de benefícios e os procedimentos de gestão de contabilidade para empresas com investimentos no exterior, e suplementaram o emergente sistema de gestão de investimentos no exterior.

Essas políticas explicam, em parte, o ligeiro aumento em investimentos no exterior pela China na década de 1980. Até certo ponto, este processo de solicitação rigoroso e complicado, bem como os procedimentos para aprovação, limitaram o entusiasmo das empresas chinesas. Por outro lado, essas políticas lançaram as bases para o sistema de gestão de investimentos da China no exterior. O MOFCOM e a SAFE foram identificados como os principais atores e eles continuaram a exercer sua influência ao longo dos próximos 20 anos.

Fase 2, 1991-2001. Essa fase também pode ser dividida em dois períodos: 1991-1998 e 1999-2001. No primeiro período, o governo chinês publicou várias políticas restritivas e reforçou o controle sobre investimentos em larga escala. No segundo período, a estratégia de “Desenvolver a cooperação econômica e o comércio internacional” foi iniciada e políticas relacionadas foram publicadas. Isso estimulou o desenvolvimento do investimento estrangeiro em empresas de processamento e montagem.

1991-1998. De 1989 a 1992, a reação à economia superaquecida resultou em recessão e inflação alta. Sob essas condições econômicas, o governo da

China começou a ajustar a economia e as políticas implementadas para limitar as importações e incentivar as exportações e controlar a escala de investimento doméstico. Enquanto isso, percebeu-se que o número de investimentos fracassados no exterior estava aumentando e uma falta de controle resultou em algumas graves perdas de capital estatal. Em resposta, em 1991, o Conselho do Estado publicou um “Parecer da Comissão Nacional de Planejamento, reforçando o controle de projetos de investimento no exterior”, a fim de controlar a escala de investimentos no exterior. Esse documento definiu a tendência no IED ao longo dos próximos sete anos (Chen 2009).

Em particular, essa política reforçou as exigências para a aprovação de investimentos de grande escala, e os procedimentos de solicitação e aprovação foram completamente alterados. Alguns dos direitos de aprovação para investimentos no exterior foram transferidos do MOFTEC para a Comissão Nacional de Planejamento (NPC)⁴ e o Conselho do Estado tornou-se, também, parte do sistema de gestão de aprovação. A política tornou a NPC responsável pela análise de propostas de projetos de investimento e estudos de viabilidade de projetos para projetos comuns (com um valor de menos de USD 1 milhão), com o Conselho do Estado, assumindo a responsabilidade pela aprovação de projetos importantes (de mais de USD 30 milhões). O MOFCOM era responsável apenas pela análise do contrato do projeto e dos estatutos e regimentos das companhias e pela emissão do documento de aprovação. Para projetos no valor de menos de USD 1 milhão, o governo da província poderia designar suas agências subordinadas para elas analisarem e aprovarem a proposta, a qual também deveria ser apresentada e arquivada pela NPC. Esses regulamentos afetaram significativamente grandes investimentos no exterior, mas deram aos pequenos projetos mais margem de manobra. Sob a influência desses regulamentos, o MOFTEC, a SAFE, a NPC e a SASAC publicaram separadamente políticas para controlar os investimentos estrangeiros.

Em 1991, a NPC publicou os “Regulamentos sobre o desenvolvimento e aprovação de propostas de projetos e estudos de viabilidade para investimentos no exterior”. Esses regulamentos anunciaram o importante papel da NPC na aprovação de investimentos no exterior. Os regulamentos para

⁴ Um precursor da NDRC.

implementação da aprovação, pelo Conselho do Estado, e a importância do desenvolvimento e aprovação de propostas de projetos de investimento e estudos de viabilidade também foram enfatizados nesses regulamentos.

Em resposta ao “Parecer” do Conselho do Estado, em 1991a SAFE publicou a “Circular para unificar a especificação de risco de investimento no exterior e análise dos recursos cambiais”, a qual padronizou os documentos para a solicitação requeridos para a análise. Em 1993, a SAFE também publicou a “Especificação de risco de investimento no exterior e análise dos recursos em moeda estrangeira”, para ajustar os procedimentos de aprovação de divisas com base no “Parecer”. Em 1992, o MOFTEC publicou os “Regulamentos temporários sobre aprovação e gestão para o estabelecimento de companhias estrangeiras não comerciais” para reforçar o controle sobre as companhias estrangeiras não comerciais. A SASAC também publicou o “Método de gestão temporária para ativos estatais no exterior” e regulamentos de implementação relacionados, para reforçar a supervisão de ativos estatais no exterior. Em 1996, o MOF publicou o “Método Temporário sobre gestão contábil no exterior”, para regular e fiscalizar a gestão contábil de projetos no exterior.

Durante esse período, os investimentos nos países recém-independentes do leste da Europa foram encorajados por razões econômicas e políticas. Os mercados nesses países foram vistos como uma boa oportunidade para a economia chinesa. Além disso, acreditou-se que a melhoria das relações com esses países ajudaria a consolidar o *status* político da China. Todos esses fatores se refletiram na “Sugestão do Conselho do Estado sobre o fortalecimento das relações econômicas e comerciais com países ex-soviéticos”, emitida em 1992, a qual incentivou companhias chinesas a se envolverem no comércio e investimento internacional naquela região.

1999-2001. Esse foi um período de transição no qual foi desenvolvida a estratégia *Going Out* (Indo para fora) da China. Quando a China começou a apreciar a importância do investimento estrangeiro e a reconhecer seu potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico nacional, o governo emitiu muitas políticas favoráveis.

Incentivo de operações de montagem e processamento no exterior. O comércio exterior foi um ponto importante de crescimento econômico para a China e sua contribuição para a economia

da China aumentou. No entanto, em 1997, a crise financeira asiática afetou seriamente as exportações da China, quando a demanda do mercado no sudeste asiático caiu na segunda metade de 1998. As moedas fracas desses países reduziram a competitividade dos produtos chineses por causa da força relativa do iuane. Para resolver essa situação e ao mesmo tempo impulsionar o desenvolvimento da economia nacional, o governo da China desenvolveu uma estratégia que visava a fazer uso de mão de obra e matéria-prima barata no exterior para conduzir as exportações. Essa estratégia indiretamente impulsionou o investimento estrangeiro (Fang 1999).

Em 1999, o Conselho do Estado publicou o “Parecer sobre incentivo às empresas para a realização de processamento de material e montagem no exterior. O conceito central dessa política era fazer uso das vantagens da China em alguns setores para promover exportações e acelerar ajustes na estrutura industrial. A expressão “*Going out*” foi mencionada pela primeira vez nesse documento.

Nesse documento, para motivar o processamento e montagem no exterior, as prerrogativas de aprovação para essa modalidade de investimento estrangeiro foram transferidas da NPC para o MOFTEC, uma transferência que também superou algumas limitações anteriormente estritas (Chen 2009). A partir de então, o investimento estrangeiro nessa área aumentou e o processamento e comércio exterior tornaram-se um novo ponto de crescimento econômico para a China. Posteriormente, o MOFTEC e outras agências relacionadas publicaram 12 políticas para incentivar companhias a desenvolverem processamento e operações de montagem no exterior; cada política, abordando diferentes aspectos, tais como finanças e questões fiscais e de tributação.

Sugestão da estratégia *Going Out*. Em 2000, foi realizada a Quinta Sessão Plenária do 15º Congresso do Partido Comunista Chinês, a qual emitiu a “Sugestão para desenvolver o 11º Plano Quinquenal para o desenvolvimento econômico e social nacional”. Foi decidido, nesse evento, iniciar a estratégia *Going Out*. A “sugestão” listou quatro principais tipos de investimento que deveriam ser encorajados (processamento, comércio, extração de recursos, contratação de projeto) e propôs dar apoio à política de investimentos no exterior por meio de crédito, seguros e outros serviços facilitadores. O 11º Plano Quinquenal delineou as orientações políticas para os próximos cinco anos e criou um

ambiente seguro para o investimento estrangeiro (CITPC 2007).

Em 2001, a estratégia *Going Out* foi incorporada ao “Esboço do 11º Plano Quinquenal para o desenvolvimento econômico e social nacional”, o qual destacou sete necessidades:

- Incentivar os investimentos no exterior para aumentar a competitividade da China e expandir o alcance e as modalidades de cooperação internacional econômica e técnica da China;
- Continuar a desenvolver a cooperação entre contratação de projeto e serviços de mão de obra no exterior e incentivar as empresas competitivas a explorarem o processamento e comércio no exterior, promovendo a exportação de produtos, serviços e tecnologia;
- Apoiar as empresas na exploração de recursos no exterior, que estavam faltando no mercado interno, e promover o ajustamento da estrutura setorial do comércio de recursos;
- Incentivar o uso de recursos estrangeiros de propriedade intelectual para estabelecer centros de operação de pesquisa e desenvolvimento e planejamento no exterior;
- Apoiar as empresas capazes de desenvolver operações transnacionais para alcançar o desenvolvimento internacionalizado;
- Melhorar o sistema de serviço de investimento no exterior e criar um bom ambiente de investimento para as empresas através de melhorias nos sistemas que as regem, finanças, seguros, câmbio, tributação, direitos de propriedade intelectual, leis e regulamentos, serviços de informação e gestão de entradas e saídas; e
- Melhorar as estruturas de governança corporativa e os mecanismos reguladores internos para regular e fiscalizar os investimentos no exterior.

Esse documento marcou o nascimento da estratégia *Going Out* da China e do desenvolvimento integral dos investimentos da China no exterior. O documento também define a tendência para as políticas nos 10 anos subsequentes e começou um novo capítulo para investimentos da China no exterior. Apoiado por essa nova estratégia, o investimento no exterior cresceu significativamente, atraindo a atenção que ele recebe hoje.

Fase 3, 2002-presente. Em 2002, o 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês foi realizado em Pequim. Nessa reunião, o então presidente Jiang Zemin enfatizou a importância da estratégia *Going*

Out. Ele a descreveu como um “evento importante” no âmbito da reforma nacional a longo prazo e da estratégia de liberalização e encorajou e apoiou empresas com vantagens comparativas a fazerem investimentos no exterior, a fim de promover a exportação de commodities e de serviços de mão de obra, como forma de estabelecer empresas multinacionais e marcas internacionais.

Com base no relatório do 16º Congresso, a China reformulou o seu sistema de política de investimento estrangeiro e publicou um conjunto de políticas para estimular ainda mais o desenvolvimento de investimentos da China no exterior. Com a implementação dessas medidas políticas positivas, a China também fortaleceu suas atividades de regulamentação e tomou medidas para melhorar a rentabilidade das empresas chinesas no exterior, especialmente a partir de 2006. O número de investimentos fracassados aumentou durante esses anos, incluindo investimentos de alto nível por parte da China Aviation Oil em 2004, a CITIC Pacific em 2008 e a Sainosteel em 2009. Em geral, contudo, as políticas emitidas durante esse período tendem a ser altamente favoráveis ao IED. A próxima seção resume as políticas emitidas nesse período.

3.2 Medidas de promoção

Reforma do sistema de gestão de investimentos no exterior

Antes de 2000, o sistema de aprovação dominou todos os tipos de investimento. Esse sistema altamente centralizado nasceu da antiga economia planificada. Sob esse sistema, as medidas centrais foram “examinar e verificar”, permitindo ao governo controlar rigorosamente todas as atividades de investimento, o que limitava severamente o entusiasmo das empresas pelo IED. O sistema de gestão para investimento no exterior também estava incluído nesse sistema. Com a transição para uma economia orientada para o mercado e o desenvolvimento da estratégia *Going Out* da China, tornou-se necessário reformular esse sistema (Zhang 2009).

No início de 2003, cinco cidades e províncias do litoral foram escolhidas como os primeiros locais para reformas-piloto do sistema de gestão de investimento no exterior: Shanghai, Jiangsu, Zhejiang, Shandong e Guangdong. De acordo com a “Circular sobre a melhor implementação

das reformas-piloto de aprovação de investimentos no exterior” e a “Resposta, concordando em delegar poderes de aprovação sobre investimento não comercial no exterior para agências-piloto responsáveis” emitidas pelo MOFCOM em 2003, as limitações sobre as empresas que tinham permissão para estabelecer subsidiárias no exterior foram ampliadas e os documentos exigidos para a solicitação foram simplificados nas áreas-piloto. As agências responsáveis pelo comércio e cooperação econômica internacional nas áreas piloto adquiriram poderes de aprovação e foram encarregadas de examinar e emitir certificados de aprovação para investimentos de empresas não comerciais no exterior, em países e regiões “não sensíveis”. Além disso, em abril de 2003, o MOFCOM expandiu a escala dos pilotos e várias novas cidades e províncias foram incluídas na lista piloto. Através da implementação dos pilotos, o sistema de gestão de investimento no exterior acumulou uma rica experiência, formando a base da reforma formal para a gestão de investimentos no exterior, em 2004.

Em 2004, o Conselho do Estado publicou a “Decisão sobre a reforma do sistema de gestão de investimentos”, a qual declarou o fim do sistema de aprovação. O objetivo dessa política foi a implementação de um sistema de autorização e um sistema de registro. Sob o novo sistema, os procedimentos rigorosos e complicados de “examinar e verificar” foram abandonados, concedendo às empresas mais liberdade na tomada de decisão de investimento. As funções do governo concentraram-se em servir, supervisionar e regulamentar.

Os investimentos no exterior beneficiaram-se com essa reforma. Onze políticas foram publicadas em 2003 e 2004, as quais facilitaram a transição para o sistema de autorização de investimentos no exterior e criaram o atual sistema de gestão.

Como uma resposta à “decisão” do Conselho do Estado, as “Regulamentações sobre a autorização para iniciar comércio no exterior” e o “Método de gestão temporária para projetos de investimento no exterior”, foram publicados separadamente pelo MOFCOM e a NDRC, respectivamente, em 2004. Esses documentos descentralizaram o poder de autorização e deram às empresas mais liberdade nas decisões de investimento no exterior, mas também lançaram o sistema de autorização em investimentos no exterior. Além disso, foram esclarecidos os papéis do MOFCOM, da NDRC e do Conselho do Estado no processo de autorização. O MOFCOM e suas

agências nas províncias encarregaram-se de autorizar projetos comuns (<USD 1 milhão), enquanto a NDRC e suas agências nas províncias ficaram responsáveis pelos projetos de tamanho normal para a extração de recursos e grandes projetos de câmbio. Projetos para extração de recursos de escala significativa (> USD 200 milhões) e grandes projetos de câmbio (> USD 50 milhões) ainda precisavam ser autorizados pelo Conselho do Estado.

Esses documentos também simplificaram os procedimentos de solicitação e materiais exigidos. A proposta do projeto e os estudos de viabilidade anteriores foram substituídos por um novo formulário de solicitação para investimento no exterior e o procedimento de verificação rigorosa foi abandonado. O tempo necessário para a autorização também foi reduzido, o que tornou o sistema mais conveniente para as empresas. Em 2005, o MOFCOM publicou “As regras de implementação para o sistema de autorização para operar um negócio no exterior”, no qual um novo certificado de autorização substituiu o antigo certificado de aprovação que permitia realizar investimentos no exterior. Para facilitar os investimentos por parte de empresas do governo central, em 2007 a NDRC lançou um sistema de registro, que deu a essas estatais poderes de decisão sobre investimentos regulares no valor de menos de USD 10 milhões e no valor de menos de USD 30 milhões para projetos de extração de recursos.

Em 2009, o MOFCOM publicou o “Método para gestão de investimento no exterior”. Esse documento redefiniu os investimentos no exterior, simplificou muito o processo e documentos para a autorização e deu às empresas mais poder de decisão. O conteúdo principal segue abaixo.

- As empresas estatais administradas pelo governo central devem candidatar-se para receber autorização através do MOFCOM e as empresas locais devem candidatar-se para receber autorização através de agências locais do MOFCOM.
- O MOFCOM é responsável pela autorização de investimentos de empresas estatais do governo central, autorizando investimento em destinos especiais ou em destinos sem relações diplomáticas; autorizações para países ou regiões com estoque de investimentos no valor de mais de USD 100 milhões e investimentos relacionados a determinados países, e projetos com objetivos especiais.

- As agências locais do MOFCOM são responsáveis por projetos, cujos valores variam de USD 10 milhões a USD 100 milhões, e por projetos de investimento em mineração e energia e projetos que requerem financiamento interno.
- Os documentos para a solicitação incluem: uma solicitação de investimento; uma licença de negócio; contrato e estatuto social, a certificação de autorização das agências pertinentes e um formulário de comunicação para atividades de fusão. Outros investimentos podem ser aprovados pelo MOFCOM (para empresas de gestão centralizada) e suas agências locais (para outras empresas), mediante apenas a apresentação de um formulário de solicitação.

Reforma do sistema de gestão de câmbio

Desde 2002, a China começou a reformar o seu sistema de gestão cambial em quatro aspectos: simplificação dos procedimentos, abrandamento dos controles, lançamento de pilotos e oferta de apoio. Em 2002, a SAFE aprovou 14 cidades e províncias como pilotos cambiais para investimento no exterior. As principais medidas foram:

- Fornecer uma quota anual a regiões-piloto para a compra de moeda estrangeira como forma de ajudar a aliviar os problemas financeiros das empresas;
- Tratar empresas com diferentes tipos de propriedade (por exemplo, empresas estatais, com financiamento privado e estrangeiro) da mesma forma, de modo que todos os tipos de empresas pudessem se beneficiar do mesmo sistema de gestão cambial;
- Cancelar o procedimento de análise de riscos para investimentos no exterior e simplificar os procedimentos de análise das fontes de divisas;
- Cancelar o sistema de margem de lucro e permitir e incentivar as empresas a fazerem uso de lucros para expansão ou reinvestimento e
- Alargar o âmbito da aprovação pelas agências responsáveis pelas reformas cambiais-piloto.

Em 2005, essas medidas foram ampliadas para serem aplicadas em todo o país.

Em 2002, com base na decisão do Conselho do Estado de cancelar a aprovação administrativa de projetos, a SAFE cancelou o sistema de análise de risco e a regulamentação de depósito com fins lucrativos para investimentos no exterior. Em 2003, o processo de análise das fontes de divisas foi simplificado através da “Circular sobre análise simplificada de fontes de divisas”. Em 2006, a

quota cambial foi cancelada na ‘Circular sobre o ajustamento de algumas políticas cambiais “. Todas essas políticas aumentaram a conveniência para as empresas e ajudaram a impulsionar o investimento no exterior.

Em 2009, uma política sistemática de investimento cambial no exterior foi publicada nas “Regulamentações de gestão para empresas nacionais fazerem investimentos no exterior”. Esse documento resumiu as reformas dos últimos anos e simplificou ainda mais os procedimentos cambiais. Essa política removeu a exigência de uma análise no estágio inicial, com as empresas, precisando apenas apresentar um registro na SAFE ao fazer as transferências de divisas. Os principais documentos a serem registrados incluem: uma solicitação, uma declaração sobre as fontes de divisas, a licença comercial ou o código de registro da organização, a permissão de investimento e um certificado de transferência de divisas estrangeiras nos estágios iniciais do projeto.

Reforma das políticas de finanças, crédito e fiscais

O estabelecimento da estratégia *Going Out* da China foi acompanhado pela criação de vários fundos para apoiar investimentos no exterior por empresas chinesas. Uma variedade de instituições financeiras chinesas e as políticas fiscais desempenharam papéis importantes no financiamento de investimentos no exterior por empresas.

3.3 Fundos especiais do governo

Fundo de investimento de recursos. A China tem se preocupado com o investimento sobre recursos desde o início da estratégia *Going Out* e emitiu políticas para ajudar as empresas na exploração e extração de recursos no exterior. Em 2004, para incentivar e apoiar empresas envolvidas no investimento sobre recursos no exterior e fazer uso de recursos do exterior para desenvolver a cooperação econômica e técnica, o MOF e MOFCOM conjuntamente publicaram “Implementando bem o financiamento para custos de pré-projeto para investimento de recursos no exterior e cooperação econômica e técnica”. Nessa política, que enfatizou projetos de cooperação técnica e econômica, bem como recursos em grande e média escala, o governo da China alocou fundos especiais para reembolsar os custos de pré-investimento das empresas. Os projetos elegíveis incluíram recursos petrolíferos e recursos metálicos e não metálicos. Em 2005, uma circular suplementar a essa política foi publicada, a qual alargou o âmbito dos projetos

elegíveis e simplificou o procedimento de solicitação de financiamento.

Fundo especial para levantamento de riscos sobre recursos minerais no exterior. Para incentivar e orientar as empresas e organizações de prospecção geológica na exploração de recursos minerais no exterior (excluindo petróleo e gás natural), o MOF publicou o “Método temporário para levantamento de riscos sobre recursos minerais no exterior”, que deu prioridade ao financiamento de projetos de pesquisa de mineração com boas perspectivas, grandes reservas e probabilidade de alto retorno. O “método” concentra-se, principalmente, na avaliação de benefícios econômicos e não requer avaliação de fatores sociais e ambientais.

Fundo especial de economia e cooperação tecnológica no exterior. Para incentivar empresas com vantagens comparativas a desenvolverem cooperação econômica e técnica externa, o MOFCOM e o MOF publicaram conjuntamente o “Método de gestão para o Fundo especial de economia e cooperação tecnológica no exterior”. Como um meio de conceder financiamento direto e subsidiar os juros sobre o crédito, esta política apoia empresas envolvidas em investimentos no exterior nos setores de cooperação em agricultura, silvicultura e pesca; contratação externa de projetos; mão de obra externa; pesquisa e desenvolvimento no exterior; e planejamento e consulta voltadas ao exterior.

3.4 Apoio ao crédito

Banco EXIM. Em 2003, a NDRC e a instituição de crédito de exportação e importação da China, o Banco EXIM, publicaram a “Circular sobre apoio prévio a investimentos significativos no exterior”. Através dessa política, a NDRC e o Banco EXIM estabeleceram um sistema de crédito para investimentos no exterior. A política estipulou que o Banco EXIM tomaria, a cada ano, uma certa quantia do plano de crédito à exportação para apoiar “investimentos significativos no exterior”. Os investimentos significativos incluem, principalmente, “projetos de exploração de recursos no exterior que estão em escassez interna; projetos de fabricação e infraestrutura no exterior que podem estimular a exportação de tecnologia, produtos, equipamentos e mão de obra nacional; projetos de centros de desenvolvimento de pesquisa no exterior que podem fazer uso de tecnologia internacional avançada; experiência em gestão e recursos de propriedade intelectual; e projetos de fusão e aquisição no exterior

que podem melhorar a competitividade internacional e expandir os mercados internacionais para as empresas chinesas.

Em 2004, com a transição do sistema de aprovação para o sistema de autorização, essa política foi ajustada para tornar os procedimentos mais convenientes para as empresas de investimento no exterior. Em 2005, para incentivar as empresas privadas a investir no exterior, o MOFCOM e o Banco EXIM publicaram a “Circular sobre a implementação do privilégio de seguro de crédito à exportação e importação para apoiar empresas privadas e individuais a desenvolverem mercados internacionais”, o que facilitou o acesso ao apoio por parte de empresas pequenas e empresas privadas.

Banco de Desenvolvimento da China. Em 2005, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e a NDRC publicaram a “Circular sobre o fortalecimento do apoio financeiro a projetos importantes no exterior”. Através dessa política, o CDB e a NDRC desenvolveram um plano de apoio financeiro para projetos significativos no exterior, a cada ano. De acordo com o plano, o CDB estabelece uma quota de crédito a partir de seu capital para melhorar a sua capacidade para financiar o apoio a projetos de investimento significativos no exterior. O Plano também oferece serviços relacionados aos projetos.

Fundo de Desenvolvimento China-África. Em novembro de 2006, na Cúpula de Pequim do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o presidente Hu Jintao anunciou que a China adotaria oito medidas para forjar uma nova parceria estratégica com a África. A terceira dessas medidas foi a criação de um Fundo de Desenvolvimento China-África, visando alcançar a capitalização de USD 5 bilhões, com o objetivo de incentivar e apoiar as empresas chinesas a investir na África. Em março de 2007, o governo chinês aprovou oficialmente a criação do Fundo de Desenvolvimento China-África (CADFund), com o financiamento da primeira fase fornecido pelo CDB. De acordo com relatos da mídia, o CADFund faturou USD 4 bilhões em investimentos em 35 projetos até 2010.

Características do Fundo. Os objetivos do CADFund são promover a cooperação econômica entre a China e a África e avançar no desenvolvimento econômico da África. Ao investir diretamente em empresas chinesas que estabeleceram operações na África ou planejam investir na África, o

CADFund visa apoiar empresas chinesas e africanas a atingirem seus objetivos de cooperação e facilitar a construção de infraestrutura, bem como promover o desenvolvimento social e econômico dos países africanos. O CADFund investe em empresas chinesas, cujo comércio e atividades econômicas atingiram ou atingirão a África, e em empresas e projetos na África, nos quais as empresas chinesas investiram ou investirão. O CADFund funciona de forma diferente à ajuda econômica para a África no sentido em que esse não é alocado pelo país destinatário, mas é operado independentemente e desembolsado para as empresas. O CADFund investe em projetos e exige o retorno dos investimentos. O CADFund também difere do crédito na medida em que investe em conjunto com empresas em projetos e assume parte do risco, reduzindo, assim, o risco das empresas. Desta forma, o CADFund não aumentará a dívida dos países africanos. O CADFund visa promover relações entre a China e a África, por isso exige que todos os seus investimentos e metas de investimento cumpram e obedeçam às leis, estatutos e regimentos, regulamentos, políticas de proteção ambiental e políticas de desenvolvimento social, tanto da China como dos países que recebem investimento na África.

Abordagens de investimento. O CADFund fornece investimento de capital, mas, a princípio, não levaria a uma participação majoritária. O CADFund também faz outras formas de investimentos de quase-capital (por exemplo, as ações preferenciais, os instrumentos híbridos de capital e obrigações convertíveis) e investimentos em outros fundos que investem na África.

Mecanismos de gestão. O CADFund é operado de forma independente com base nos princípios da economia de mercado. Ele assume responsabilidade por seus lucros ou perdas e carrega seu próprio risco. De acordo com sua estrutura padrão de governança corporativa, o CADFund nomeia o pessoal especializado para sua gestão, ao mesmo tempo em que se beneficia da experiência do pessoal do CDB de “tornar-se global”. O CADFund também fornece consultoria de gestão e consultoria financeira para empresas chinesas.

Grupo-alvo. O grupo-alvo do CADFund consta, principalmente, de empresas chinesas cujo comércio e atividades econômicas atingiram ou atingirão a África, assim como as empresas e projetos na África, nos quais as empresas chinesas estão investindo ou investirão. Uma empresa africana pode identificar

um parceiro chinês e o parceiro chinês, então, faz a solicitação ao CADFund. O site da CADFund lista os seguintes setores como seus principais pontos focais: agricultura e infraestrutura de produção, recursos naturais (por exemplo, petróleo, gás, minerais) e parques industriais.

O Banco EXIM e o CDB são importantes instituições financeiras no financiamento de investimentos no exterior, não só em projetos significativos, mas também em uma série de investimentos de pequena escala.

3.5 Políticas fiscais

A primeira política fiscal relacionada ao IED pode ser rastreada até o “Método temporário para implementar a tributação de lucro no exterior”, divulgado em 1995, que definiu métodos de redução e isenção de impostos para investimentos no exterior. Com o desenvolvimento da estratégia *Going Out* da China, a Administração Estatal de Impostos (SAT) melhorou o sistema de gestão fiscal no exterior para apoiar as empresas que fazem investimentos no exterior.

Em 2007, a SAT publicou o “Parecer sobre a boa implementação de serviços fiscais e gestão de empresas no exterior”, que regulamentou a gestão fiscal das empresas chinesas no exterior em cinco áreas.

Além disso, desde 1983, a China assinou acordos de tributação ou evitou acordos de tributação dupla com mais de 100 países, o que reduz a carga sobre as empresas atuando no exterior e as apoia na realização de investimentos.

Acordos de investimento. Em 2007, a China assinou acordos de investimento bilaterais e multilaterais com mais de 110 países, ajudando a criar um ambiente favorável para as empresas chinesas que investem no exterior. Esses acordos incluem: Acordo de livre comércio China-ASEAN (2002); Acordo de Livre Comércio entre China e Paquistão (2003), Acordo de Livre Comércio entre China e Chile (2005), Acordo de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (2005), Acordo de Livre Comércio entre China e Nova Zelândia (2008), Acordo de Livre Comércio entre China e Singapura (2008) e Acordo de Livre Comércio entre China e Peru (2009). No Fórum China-África, em 2006, a China manifestou a sua disponibilidade para desenvolver acordos de livre

comércio com países da África “quando as condições forem propícias”.

O conteúdo de cada acordo depende das demandas e condições específicas de cada parte envolvida no acordo. A principal função dos acordos é promover o comércio entre os organismos econômicos. Exceto no acordo com o Peru, no qual o artigo 162 exige que a China apoie estudos, treinamento e atividades para promover o manejo florestal sustentável, nenhum acordo menciona especificamente as condições relacionadas à silvicultura⁵.

Serviços de informação. O MOFCOM fornece serviços de informação para auxiliar as empresas que fazem parte da estratégia *Going Out*. Sob o MOFCOM foi criado, em 2003, um Centro de Negócios para o fomento de investimentos e foi lançado um banco de dados sobre informações do plano de investimento no site oficial do MOFCOM, o qual fornece uma plataforma de informação e comunicação para empresas e organizações nacionais e estrangeiras. Em 2006, o “Método temporário para reclamações por parte de empresas chinesas no exterior”, foi lançado e foi estabelecido em Pequim o “Centro de Serviços de reclamações de empresas chinesas no exterior”, sob o MOFCOM, para prestar serviços gratuitos para resolução de reclamações.

Orientação para países investidores. Para apoiar investimentos de empresas no exterior e aumentar o potencial para que as empresas se beneficiem do IED, o MOFCOM desenvolveu uma série de documentos de orientação. Alguns delineiam os ambientes de investimento dos países destinatários, como o “Relatório sobre o ambiente de investimentos e comércio do país”, em 2003, e o “Guia do país (região) para investimento e cooperação no exterior”, em 2004. Eles fornecem uma grande quantidade de informações sobre leis relacionadas a investimento e comércio e regulamentos, políticas fiscais, condições de mercado e as oportunidades da indústria para empresas chinesas. Eles também

descrevem problemas comuns encontrados em investimentos estrangeiros nesses países e regiões. Alguns documentos de orientação listam os setores que são incentivados pelos países receptores, tais como o “Guia de orientação sobre o diretório de indústrias para investimento no exterior” em 2003, e o “Guia para negócios de processamento no exterior”, em 2004. Esses serviços de informação abrangem quase todos os países do mundo e ajudam a reduzir os custos de pesquisa e os riscos de investimento para as empresas chinesas. Os documentos de orientação também abordam as dimensões ambientais e sociais do investimento, particularmente no “Relatório sobre o ambiente de investimentos e comércio do país” e o “Guia do país (região) para investimento e cooperação no exterior”. Por exemplo, o “Guia do país (região) para a República Democrática do Congo” apresenta as leis ambientais do país e fornece dicas para o estabelecimento de boas relações com o país receptor (ver Quadro 1).

Medidas de formação profissional. Em 2007, para suprir a falta de pessoal treinado, o MOFCOM iniciou a “Operação transnacional do plano de treinamento de talentos” e, em 2009, publicou o “Livro texto para a gestão de talentos nas operações transnacionais”. O plano de treinamento e os livros didáticos ajudaram a apoiar o desenvolvimento de pessoal treinado para empresas chinesas que investem no exterior.

3.6 Supervisão e medidas regulatórias

Junto com a emissão de políticas de apoio, a China também reforçou a gestão e regulamentação de empresas que investem no exterior. Especialmente desde 2005, muitos problemas surgiram por causa do grande aumento no número de empresas que realizam investimentos no exterior.

Melhoria do sistema de estatísticas de investimento no exterior. Embora o “Parecer da Comissão Nacional de Planejamento sobre o reforço do controle de projetos de investimento no exterior” do Conselho do Estado, em 1991, especificou que o Centro Nacional de Estatística (NBS) estava encarregado das estatísticas sobre investimento estrangeiro na China e deveria informar regularmente o Conselho do Estado, nenhum relatório oficial foi publicado entre 1991 e 2001. Em 2002, o NBS, juntamente com o MOFTEC, desenvolveu e publicou o “Sistema de estatísticas de investimento no exterior”, o qual foi subsequentemente revisado em 2004, 2006 e 2008. Em 2006, o MOFCOM

5 O Acordo de Livre Comércio entre China e Peru foi escrito imediatamente após o Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos e Peru, que incluía uma longa seção sobre o comércio de produtos florestais e exigia que Peru respeitasse padrões estritos de legalidade, especialmente em relação às exportações de madeira para os Estados Unidos. O acordo chinês é significativo no sentido de que contém uma seção sobre silvicultura e promete algum apoio ao setor de silvicultura do Peru, especialmente em termos de fornecimento de pesquisa sobre manejo florestal sustentável, mas tem poucos requisitos vinculativos claros, ao contrário do acordo com os Estados Unidos (veja, por exemplo, Putzel 2009).

Quadro 1. Extraído do guia do país para a República Democrática do Congo, do MOFCOM

3.7 Leis ambientais

3.7.1 As agências administrativas de proteção ambiental

O Ministério do Meio Ambiente da República Democrática do Congo é a principal agência administrativa de proteção ambiental e sua principal responsabilidade é a de motivar e coordenar as atividades relacionadas ao meio ambiente.

3.7.2 Principais leis ambientais e regulamentações

- Código Florestal, sancionado em 29 de agosto de 2002
- A Lei de Organização da Exploração e Exportação de Pesca, emitida em 18 de fevereiro de 1994
- Lei de Mineração, emitida em 11 de julho de 2002
- Lei de Investimento, emitida em 21 de fevereiro de 2002
- Nº 005/CAAB/MIN/ENV/2005 e 107/CAAB/MIN/FINANCES/2005, as quais exigem o pagamento de impostos ambientais

3.7.3 Pontos-chave sobre as leis e regulamentações ambientais na República Democrática do Congo

Os investidores devem realizar uma avaliação de impacto ambiental (EIA), antes de investirem, e as empresas são obrigadas a mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente local. As empresas estarão sujeitas a punições por parte do governo, se gerarem qualquer dano causado por atividade inadequada. O padrão para EIAs na República Democrática do Congo baseia-se, principalmente, no padrão e métodos do Banco Mundial.

Fonte: Guia do país (região) para a República Democrática do Congo, do MOFCOM

colaborou com as organizações empresariais chinesas no exterior para estabelecer o “Sistema de verificação de dados sobre investimento estrangeiro direto da China, para países (regiões)”, o qual garante a precisão dos dados sobre o IED da China através do cruzamento de dados nacionais e estrangeiros.

As definições, regras estatísticas e métodos de cálculo para o sistema de estatísticas de investimento externo da China agora estão baseados na “Definição de Referência de investimento estrangeiro direto” da OCDE e no “Manual de Balanço de Pagamentos (5ª edição), do FMI, e assim, é possível fornecer dados completos, comparáveis e atualizados sobre investimentos da China no exterior. O MOFCOM, a SAFE e o NBS distribuem um boletim anual sobre IED como um documento interno, mas esse não está disponível ao público, razão pela qual as publicações científicas relacionadas ao assunto são raras.

Estabelecimento de um sistema de gestão de fusões. Ciente de que as fusões e aquisições foram tornando-se uma importante abordagem de investimento, o MOFCOM publicou o “Sistema para comunicação de fusões em estágio inicial no exterior”, o qual exigia que as empresas produzissem relatórios atualizados sobre suas decisões de fusões para o MOFCOM e a SAFE ou suas agências nas

províncias. Em 2009, a NDRC emitiu a “Circular sobre a melhoria da gestão de projetos no exterior”, a qual exigia que as empresas enviassem informações e cópias de projetos de fusão para as agências responsáveis antes de iniciar a fusão. Esse sistema de gestão de fusão também se refletiu no “Método de gestão para investimento estrangeiro”, o qual afirma que o relatório de fusões é um documento necessário, a ser fornecido durante o pedido de autorização.

Registro da empresa. Em 2005, o MOFCOM iniciou um sistema de registro para as empresas chinesas que investem no exterior. Sob esse sistema, as empresas com permissão para realizar investimento estrangeiro, outorgada pelo MOFCOM e suas agências nas províncias, são obrigadas a se registrarem junto ao departamento comercial da embaixada chinesa no país do investimento.

Avaliação de desempenho e sistema conjunto de inspeção anual. Para supervisionar as atividades das empresas no exterior, o MOFTEC emitiu o “Método (temporário) de avaliação de desempenho integrado de investimento no exterior” e o “Método temporário para inspeção anual de investimentos no exterior”, em 2002. O primeiro documento tem como objetivo avaliar o desempenho de empresas chinesas que investem no exterior, baseado em cinco critérios –

lucro, solvência, qualidade dos ativos, capacidade de desenvolvimento e contribuição social para a China – e aplica 17 indicadores financeiros para refletir as condições de lucro das empresas de investimento no exterior. O segundo documento centra-se no fortalecimento da supervisão dos investimentos no exterior, no nível macro. As empresas recebem uma pontuação para a avaliação e, as empresas que são consideradas incapazes de passar na avaliação, são privadas dos benefícios da concessão, como o crédito e o apoio do fundo especial. Com base nisso, o MOFCOM e a SAFE começaram a fazer avaliações e inspeções das condições de investimento das empresas e de sua conformidade com as leis nacionais chinesas por oito anos a partir de 2003, para supervisionar e regulamentar as atividades das empresas, com o objetivo de melhorar a capacidade de controle do lucro do governo chinês.

Em 2009, o MOFCOM e a SAFE ajustaram essas políticas. Os problemas dos países receptores também foram considerados fatores importantes na avaliação do desempenho e esse fator agora corresponde a 20% da pontuação geral. Dez por cento dos pontos são deduzidos se uma empresa viola as leis locais e é penalizada pelo país beneficiário. A mesma porcentagem de pontos também é deduzida por qualquer problema ou conflito referente a qualidade, segurança, condição ambiental ou mão de obra.

Regulamentação das atividades das empresas. Em 2008, devido ao aumento de conflitos referentes a mão de obra e negócios, preocupações com proteção ambiental e problemas relacionados à qualidade do projeto, o MOFCOM, o Ministério das Relações Exteriores (MFA) e a SASAC publicaram conjuntamente a “Circular para regular o investimento estrangeiro e a cooperação de empresas chinesas”. As empresas que violam as leis e regulamentos e causam graves incidentes no país receptor são penalizadas pelo MOFCOM, o MFA e a SASAC. A “Gestão das medidas de investimento estrangeiro”, de 2009, novamente aborda a regulamentação das atividades das empresas, exigindo que estas cumpram as leis e regulamentos dos países onde são feitos os investimentos e que levem em consideração a responsabilidade social na condução de seus negócios.

Medidas regulatórias de “Financiamento Verde”. Agências de regulamentação financeira da China também têm promovido diversas medidas regulatórias sob a rubrica de “financiamento verde”. Originalmente concebido para abordar os

impactos ambientais dos investimentos nacionais, um sistema está tomando forma, pelo qual os fornecedores de crédito (por exemplo, bancos) são incentivados a desenvolver medidas para restringir o crédito para indústrias que poluem ou prejudicam o meio ambiente e dar preferência de crédito para indústrias verdes e ambientalmente amigáveis. Os bancos ora têm desenvolvido sistemas diferentes para colocar isso em prática, ora estão em processo de desenvolvimento de tais sistemas. A aprovação de projetos de investimento também está sujeita a um processo de avaliação de impacto ambiental (EIA). As agências reguladoras do sistema bancário devem fazer a supervisão desses sistemas e esses sistemas devem solicitar crédito de bancos chineses para projetos de investimento no exterior.

A primeira política de “financiamento verde” data de 1995, quando o PBC publicou a “Circular sobre a implementação de política de crédito e cumprimento da proteção ambiental” e exigiu que o sistema bancário em cada nível administrativo considerasse os recursos naturais e a proteção ambiental ao estender empréstimos. A implementação não foi iniciada até 2006, após o Conselho do Estado emitir um documento “Sobre a implementação de uma perspectiva científica sobre desenvolvimento para fortalecer a proteção ambiental”, em dezembro de 2005. Essa política exigiu que os bancos retirassem o crédito de empresas que não cumprem a política industrial nacional e as normas ambientais (Zhou e Chen 2007). Em 2006, diante desse quadro e levando em conta o papel das instituições financeiras na promoção da proteção ambiental, o Ministério da Proteção Ambiental (MEP), o PBC e a Comissão de Regulação do Setor Bancário da China (CRBC) começaram a publicar políticas para implementar o “financiamento verde”.

Em dezembro de 2006, o MEP (então denominado Administração Estatal de Proteção Ambiental, SEPA) em conjunto com o PBC publicou a “Circular sobre a partilha de informações sobre questões ambientais corporativas”. Essa política importou informação ambiental sobre empresas para o Banco de dados básico sobre o crédito para companhias, que é usado por bancos e agências reguladoras de financiamento na análise de solicitação de crédito, e lançou as bases para o “financiamento verde”. Com base nisso, em julho de 2007, o MEP, o PBC e a CRBC publicaram o “Parecer sobre a implementação de políticas de proteção ambiental para evitar o risco de crédito”, o qual exigiu que os bancos controlassem a concessão de crédito a empresas não qualificadas e empresas

que violassem as leis ambientais. O Parecer sugeriu “fazer uso de medidas de crédito para proteger o meio ambiente”. Essa foi a primeira política de múltiplas agências para limitar a expansão incontrolável de empresas com alto consumo de energia e poluidoras e marcou o estabelecimento do conceito de “financiamento verde” da China (Yu 2009). Na mesma época, a CRBC publicou o “Guia sobre crédito para a economia de energia” e a “Circular sobre a execução da macropolítica de controle para regular os empréstimos a empresas com alto consumo de energia e poluidoras”, a qual exigiu que o sistema bancário e as agências financeiras combinassem ajustes de estrutura de crédito com os ajustes estruturais da economia nacional, a fim de evitar o risco de crédito e implementar políticas de economia de energia e de proteção ambiental (Ge et al. 2010).

Em novembro de 2007, a CRBC emitiu o “Parecer sobre o fortalecimento da responsabilidade social das instituições financeiras”, o qual exigiu que os grandes bancos cumprissem suas obrigações de responsabilidade social pela adesão aos 10 princípios do Pacto Global da ONU. Em janeiro de 2008, a ex-SEPA e a Corporação Financeira Internacional assinaram um acordo de cooperação para desenvolver diretrizes de crédito de acordo com a situação chinesa, a fim de aprofundar a implementação do “crédito verde”. Em janeiro de 2009, a Associação de Bancos da China (CBA), uma associação industrial, publicou as “Diretrizes de responsabilidade social corporativa do sistema bancário e agências financeiras da China”, as quais salientaram a necessidade do sistema bancário de satisfazer seus requerimentos de responsabilidade social e apoiar o desenvolvimento sustentável do ambiente, da economia e da sociedade.

As oportunidades oferecidas pelas iniciativas de “financiamento verde” despertaram uma grande preocupação no governo, que agora está desenvolvendo ativamente um papel na regulação das atividades das empresas através do controle do crédito. Especialmente desde 2005, o governo emitiu várias políticas importantes. Algumas práticas financeiras internacionais também foram incluídas no sistema de “financiamento verde” e os bancos chineses começaram a considerar a informação ambiental como um aspecto importante em suas práticas de crédito e empréstimo. Na prática, a implementação do “financiamento verde” tem variado muito entre as instituições financeiras. No entanto, o seguinte exemplo resume as políticas e práticas ambientais dos dois principais agentes de crédito no investimento estrangeiro da China.

Banco de Importação e Exportação da China (EXIM Bank). As “Diretrizes para a avaliação do impacto ambiental e social dos projetos de empréstimo do Banco de Exportação e Importação da China (Exim Bank)”, emitidas em agosto de 2008, esboçou suas exigências de responsabilidade social e ambiental em relação aos empréstimos de crédito. No cerne das orientações estão três atividades principais: análise prévia, processo de supervisão e avaliação posterior.

Avaliação prévia: Uma EIA e uma avaliação do impacto social (SIA) são necessárias para solicitar empréstimo. O Banco EXIM analisa o pedido de empréstimo, incluindo a EIA a SIA apresentadas pelo mutuário, que também deve obter a aprovação das autoridades nacionais competentes no país destinatário. Especialistas independentes serão contratados, se necessário, para revisar esses documentos. O Banco EXIM, então, negocia com o mutuário a alteração da proposta do projeto, com base na avaliação ambiental e social. Na rubrica do Banco EXIM, a EIA refere-se à análise e avaliação de impactos ambientais e seus impactos na saúde e segurança humana devido à implementação de um projeto, e as sugestões para reduzir esses impactos. O escopo da avaliação de impacto inclui ar, água, solo, resíduos, meio ambiente e outros fatores. A “SIA” refere-se à análise e avaliação sistemática dos impactos sobre os recursos socioeconômicos naturais e o ambiente social causados pela implementação do projeto bem como às sugestões para reduzir esses impactos. O escopo da avaliação inclui a mão de obra e as condições de trabalho, segurança social e saúde, aquisição de terras e proteção aos migrantes.

Processo de supervisão: O Banco EXIM inspeciona os impactos ambientais e sociais do projeto. O mutuário deve apresentar relatórios regulares sobre os impactos sociais e ambientais do projeto, bem como as medidas adotadas para eliminar ou controlar esses impactos.

Análise posterior: Quando o projeto é concluído, uma análise posterior é realizada para avaliar todas as condições operacionais como referência para projetos semelhantes. O mutuário deve apresentar ao Banco EXIM documentos ambientais para conclusão do projeto. Esses documentos devem cumprir as exigências do país destinatário.

Banco de Desenvolvimento da China (CDB). Para promover uma economia de energia, responsabilidade social e empréstimos ambientalmente saudáveis,

o CDB publicou o “Guia do Banco de Desenvolvimento da China sobre a análise do desenvolvimento de projetos ambientais” e “Plano de trabalho do Banco de Desenvolvimento da China para economizar energia e reduzir a poluição” (Ge et al. 2.010). Além disso, como parte da implementação de um projeto de empréstimo do Banco Mundial, o CDB emitiu “O esquema de EIA para projetos de empréstimos para pequenos negócios”, o qual se refere à política de EIA do Banco Mundial (OPA.01) e às leis e regulamentos chineses relacionados. Desde 2006, o CDB está comprometido a aderir ao Pacto Global da ONU. Políticas de crédito responsáveis do CDB incluem três partes: exame de qualificação, análise prévia e supervisão do processo. Na análise de qualificação, o registro do candidato acerca de violações legais e do cumprimento de leis e políticas ambientais são examinados. Na fase de análise prévia, os benefícios esperados, incluindo os recursos e os custos ambientais, são considerados. No processo de supervisão, o CDB consulta agências ambientais locais para verificar o funcionamento do projeto patrocinado para garantir que ele cumpra as exigências de proteção ambiental pertinentes. Além disso, as diretrizes do CDB incorporaram algumas práticas sociais e ambientais internacionais, como respeitar os costumes locais e as leis e regulamentos trabalhistas (Ge et al. 2010).

4. Discussão

Este trabalho resumiu o sistema de políticas para investimento da China no exterior, um sistema que tem passado por grandes transições nos últimos 30 anos. No início do período da “reforma e abertura”, as tentativas iniciais para realizar investimentos no exterior ajudaram a lançar as bases para o sistema de gestão do IED da China. No período de comércio estrangeiro orientado para o exterior na década de 1990, as políticas restritivas limitaram até certo ponto o desenvolvimento do IED. Com o avanço mais amplo do processo de reformas e os ajustes concomitantes para a economia, finalmente foi estabelecida uma estratégia para priorizar o apoio ao investimento no exterior. O ambiente político recente e atual mostrou-se favorável ao IED e o IED chinês tem atraído a atenção global. Ao mesmo tempo, uma nova tendência de fortalecimento da responsabilidade das empresas que operam no exterior emergiu, com a emissão, nos últimos anos, de várias políticas que suportam essa tendência. Entre os exemplos

se encontram o “Sistema conjunto de avaliação de desempenho e de inspeção anual” do MOFCOM, as “Diretrizes para o manejo florestal sustentável para empresas chinesas no exterior” (Administração Florestal Estatal) e várias iniciativas relacionadas ao “financiamento verde” no sistema financeiro e bancário chinês. Embora algumas dessas políticas tomem a forma de diretrizes voluntárias e políticas “sugestivas” (ou seja, essas não têm uma base legal para sua aplicação), o fato de que fossem emitidas mostra como a atitude do governo chinês mudou em direção a uma abordagem que considera os benefícios econômicos e responsabilidade social e ambiental. Organizações não governamentais chinesas e organizações não governamentais internacionais que operam na China também lançaram algumas iniciativas para apoiar o desenvolvimento dessas políticas através de seu trabalho de ativismo.

A abordagem do governo chinês para o IED está contida na estratégia *Going Out*, que o ministro do MOFCOM afirmou que continuará a ser uma característica fundamental no 12º período do Plano Quinquenal chinês, no qual poderemos esperar que mais medidas sejam tomadas para apoiar o investimento no exterior. Ao mesmo tempo, podemos esperar que mais políticas sobre os impactos sociais e ambientais do IED chinês serão emitidas, complementando o sistema de gestão do IED existente na China.

Do ponto de vista da pesquisa sobre o impacto potencial do investimento chinês no exterior sobre os recursos naturais nos países destinatários, essa análise sugere as seguintes áreas potenciais para pesquisas.

1. Melhorar a compreensão do sistema de políticas de investimento da China no exterior, incluindo investigação sobre:
 - Respostas políticas no contexto da crise financeira internacional;
 - Ajustes de políticas em resposta ao insucesso em investimentos de empresas chinesas no exterior;
 - Processos de respostas políticas para as iniciativas internacionais e práticas no exterior relacionadas a salvaguardas e normas ambientais e sociais.
2. Melhorar a compreensão dos mecanismos de monitoramento, supervisão e *feedback* dentro do sistema chinês, bem como sua implementação na prática, tais como:

- O processo e conduta de missões de “inspeção conjunta”, envolvendo o MOFCOM;
- A implementação de políticas de salvaguardas ambientais e sociais dentro do sistema bancário; e
- As formas pelas quais as políticas de salvaguarda são abordadas e implementadas por empresas estatais chinesas, empresas reguladas pelo Estado e por empresas de capital exclusivamente privado.

Uma melhor compreensão dos processos, estruturas e protocolos aplicados nessas áreas e a experiência com a sua implementação na prática enriqueceriam o conhecimento sobre as ligações entre as atividades do IED da China e a formulação e o ajuste de políticas nacionais relacionadas.

5. Referências

- Central People's Government 2010 Individual and private companies made a great achievement on social and economic benefit in the period of the 11th five years (31 de dezembro). http://www.gov.cn/gzdt/2010-12/31/content_1776516.htm [13 de outubro de 2011].
- Chen, S.F. 2009 China OFDI policy system research. Universidade Industrial de Shen Yang, Shen Yang (em chinês).
- CCPIT 2007 Analysis of incubation for China's 'Going Out' strategy and its promotional policies. CCPIT, Pequim, China (em chinês).
- Clarke, D.C. 2003 Corporate governance in China: an overview. *China Economic Review* 14: 494-507.
- Deng, B. 2003 Discussion of family management system among private companies in China. *Enterprise Economy* 12: 38-40 (em chinês).
- Fang, Z. 1999 China's economy under the Southeast Asian Financial Crisis. *China Review*, Hong Kong.
- Ge, C.Z., Xia, Y.F., Zhi, Y.B. e Long, F. 2010 Environmental policies for China's overseas investments. China Environment Science Press, Pequim, China (em chinês).
- Liao, T.L. 2009 Discussion on the information disclosure system of China's security market. *Commercial Culture* 6: 60 (em chinês).
- Lin, G. e Schramm, R.M. 2003 China's foreign exchange policies since 1979: a review of developments and an assessment. *China Economic Review* 14: 246-280.
- Lu, G. 2002 Reform of the administrative approval system to boost the sound development of OFDI. *Review of Economic Research* 66: 18-26 (em chinês).
- Ministério do Comércio, República Popular da China (MOFCOM) 2009 China OFDI Statistical Bulletin 2009. MOFCOM, Pequim, China.
- Ministério do Comércio, República Popular da China; Escritório Nacional de Estatísticas, República Popular da China; State Administration of Foreign Exchange (MOFCOM, NBS and SAFE) 2009 2009 Statistical Bulletin of China Outward Foreign Investment. Departamento de Investimento Estrangeiro e Cooperação Econômica, MOFCOM, Pequim, China.
- Mueller, M. e Lovelock, P. 2000 The WTO and China's ban on foreign investment in telecommunication services: a game-theoretic analysis. *Telecommunications Policy* 24: 731-759.
- Munro, S. e Yan, S. 2003 Recent government reorganization in China. *China Law and Policy Newsflash*, O'Melveny & Myers LLP, Nova Iorque.
- Naughton, B. 2006 Top-down control: SASAC and the persistence of state ownership in China. Trabalho apresentado na conferência 'China and the World Economy', Leverhulme Centre for Research on Globalisation and Economic Policy, Universidade de Nottingham, Reino Unido, 23 de junho.
- Naughton, B. 2007 The Chinese economy: transitions and growth. MIT Press, Cambridge, MA.
- Niu Y.J. 2007 The discussion on types and characteristics of China's private enterprises. *Modern Business Trade Industry*. 19(12): 87-88.
- Pearson, M.M. 2005 The business of governing business in China: institutions and norms of the emerging regulatory state. *World Politics* 57: 296-322.
- Pettis, M. 2005 Buy abroad, benefit at home. *Far Eastern Economic Review* 168(7): 27-29.
- Putzel, L. 2009 Upside-down: global forestry politics reverses direction of ownership in Peru-China timber commodity chains. Trabalho apresentado no XIII Congresso Florestal Mundial, Buenos

- Aires, Argentina, 18-23 de novembro. <http://www.illegal-logging.info/uploads/2009LouisPutzelthesupplyoftimberfromPerutoChina.pdf> [13 de outubro de 2011].
- Schwartz, A.J. 2005 Dealing with exchange rate protectionism. *Cato Journal* 25: 97-106.
- Shan, W. 1989 Reforms of China's foreign trade system. *China Economic Review* 1: 33-55.
- Shi, S. e Gelb, C. 1998 PRC government restructuring continues. *China Business Review* 25(5): 52.
- UNCTAD 2006 World investment report 2006: FDI from developing and transition economies: implications for development. Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.
- Voss, H., Buckley, P. e Cross, A. 2008 Thirty years of Chinese outward foreign direct investment. Trabalho apresentado na conferência anual da Chinese Economic Association (Reino Unido). Cambridge, Reino Unido, 1-2 de abril de 2008. <http://www.ceauk.org.uk/2008-conference-papers/Voss-Buckley-Cross-30-years-outward-FDI.doc> [13 de outubro de 2011]
- Yang, F. 2010 Discussion on the advantages and disadvantages of the family management system for small and medium companies. *Modern Economics* 143: 98 (em chinês).
- Yu, X.G. 2009 Environmental report on Chinese banks. Yunnan Science Press, Yunnan, China (em chinês).
- Zhang, L.Q. 2009 Thoughts on China's administrative approval system. Master's thesis, Universidade de Fudan, Xangai, China (em chinês).
- Zhang, Y. 2003 China's emerging global businesses: political economy and institutional investigations. Palgrave Macmillan, Basingstoke, Reino Unido.
- Zhang, P.G. (2004) Chinese yuan (Renminbi) derivative products, World Scientific Publishing, Singapura.
- Zhao, M. 2006 External liberalization and the evolution of China's exchange system: an empirical approach. World Bank China Office Research Paper No. 4. Banco Mundial, Pequim, China. http://siteresources.worldbank.org/INTCHIINDGLOECO/Resources/external_liberalization_and_exchange_control.pdf [13 de outubro de 2011].
- Zhou, Y.H. e Chen, W.W. 2007 Environment information disclosure of companies and green crediting. *Green Accounting* 9: 49-52 (em chinês).
- Zweig, D. e Bi, J. 2005 China's global hunt for energy. *Foreign Affairs* 84(5): 25-38.

Anexo 1. Políticas para apoiar empresas privadas que investem no exterior

Introdução

Existem várias maneiras de categorizar as empresas chinesas de acordo com o tipo de propriedade. Empresas chinesas apresentam-se em quatro categorias principais: empresas estatais, sociedades de responsabilidade limitada, empresas privadas de propriedade individual e empresas coletivas. As sociedades de responsabilidade limitada incluem uma variedade de empresas com diferentes fontes de financiamento, incluindo as empresas de investimentos conjuntos e empresas que foram estatais (SOEs), agora privatizadas, bem como empresas estabelecidas por investimentos de diversas SOEs ou SOEs juntamente com fontes não públicas de financiamento.

As empresas privadas de propriedade individual são parte importante da economia da China. De acordo com estatísticas da Administração Estatal de Indústria e Comércio (SAIC), em setembro de 2010, a China tinha 34,06 milhões de empresas privadas, com mais de 160 milhões de postos de trabalho, representando mais de 90% de novas oportunidades de emprego (website do Governo Popular Central, 31 de dezembro de 2010).

Com o desenvolvimento da estratégia *Going Out* da China, cada vez mais empresas privadas de propriedade individual têm aproveitado essa oportunidade para realizar investimentos no exterior. De acordo com o “Boletim Estatístico de investimento direto no exterior da China de 2009”, as empresas privadas de propriedade individual respondem por 7,5% de todas as empresas que investem no exterior, o que as classifica em terceiro lugar, atrás das empresas de sociedades de responsabilidade limitada (57,7% do total de investidores) e das empresas estatais (MOFCOM 2009). De fato, muitas empresas privadas registram-se como empresas de sociedades de responsabilidade limitada, por isso a contribuição de sociedades de responsabilidade limitada também inclui uma grande parte dos investidores privados. Isso indica que a influência das empresas privadas e individuais em investimentos no exterior está crescendo.

Ao olhar para a história do desenvolvimento na China ao longo das últimas três décadas, podemos

ver que um dos pilares da reforma econômica da China tem sido ativar empresas privadas. Durante o processo de reforma, o seu papel aumentou consideravelmente, com as empresas tornando-se um componente importante da economia da China, bem como muitas vezes adquirindo a confiança e a capacidade de explorar e participar em oportunidades de negócios no exterior. As políticas destinadas a estimular empresas a realizarem investimentos no exterior também desempenharam um papel nesse desenvolvimento. Com a implementação da estratégia *Going Out* da China, várias políticas especializadas foram publicadas para apoiar o IED por empresas privadas.

Características de empresas individuais e privadas chinesas

As atividades de empresas privadas e individuais são, até certo ponto, determinadas por suas características particulares. Em primeiro lugar, a maioria das empresas privadas e individuais são pequenas em tamanho, embora algumas tenham crescido rapidamente nos últimos anos. Isso significa que essas são mais flexíveis e podem adaptar-se facilmente às mudanças do mercado e oportunidades. Em segundo lugar, muitas empresas privadas e individuais são orientadas para o mercado porque seu principal objetivo é maximizar os lucros (Niu 2007). Em terceiro lugar, o sistema de gestão familiar é uma forma comum de gestão. Com base em relações de parentesco, essa forma de relacionamento entre os trabalhadores pode reduzir os custos das empresas e aumentar a eficiência do trabalho porque parte da mão de obra é gratuita. Isto proporciona uma vantagem competitiva e permite a rápida acumulação de capital. Além disso, o interesse coerente de toda a família pode melhorar a eficiência da tomada de decisão e sua implementação (Yang 2010). Além disso, a maioria dos proprietários dessas empresas viveu tempos difíceis durante a infância, construindo assim sua resistência, o que significa que, sob sua liderança, essas empresas podem sobreviver em ambientes hostis (Niu 2007).

Com as reformas, no entanto, as empresas privadas e individuais começaram a encontrar desafios competitivos de ambos os atores nacionais e estrangeiros, especialmente depois que a China

ingressou na Organização Mundial do Comércio. A estratégia *Going Out*, portanto, forneceu-lhes boas oportunidades de mercado, especialmente nos mercados dos países em desenvolvimento. Essa estratégia também lhes forneceu apoio enquanto essas tentavam investir no exterior. Tendo em vista o ambiente de mercado e suas características, a estratégia *Going Out* tornou-se uma necessidade para muitos indivíduos e empresas privadas (Zhang 2008).

Por outro lado, as empresas privadas e individuais também experimentam algumas limitações nessa tentativa. Normalmente, a sua orientação para o mercado significa que elas tendem a prestar menos atenção aos impactos do investimento e a responsabilidade social. Essa atitude é muitas vezes refletida nos registros sociais e ambientais negativos de algumas empresas que investem no exterior. O sistema de gestão familiar também pode prejudicar a eficiência. A dependência da confiança dentro da família pode limitar a entrada de recursos intelectuais de fora da empresa, criando potencialmente, portanto, um gargalo quando as empresas começam a explorar mercados estrangeiros (Deng 2003, Yang 2009).

Políticas de apoio a empresas privadas e individuais que investem no exterior

Ao desenvolver os investimentos chineses no exterior, novos regulamentos emitidos pelo MOFCOM, em 1985, aliviaram as políticas restritivas de investimento no exterior e abriram o processo de aprovação para empresas estatais que não eram empresas comerciais (Zhang 2003). Alguns pesquisadores chegaram a sugerir que as empresas privadas deveriam ser autorizadas a investir no exterior (Tan 1999). O debate político sobre a finalidade e utilidade do investimento chinês no exterior e sobre a legitimação gradual de empresas privadas sugere que a diretiva de 1985 afetou apenas as empresas estatais.

Depois da diretiva do Conselho do Estado em 1991, o investimento em larga escala tornou-se estritamente controlado, mas os governos das províncias ganharam poderes para aprovar investimentos avaliados em menos de USD 1 milhão. Comparado aos regulamentos do MOFCOM de 1985, nos quais o departamento superior das organizações de investimento era responsável pela aprovação de propostas de investimentos, o escopo foi ampliado porque esses departamentos superiores geralmente só existiam no sistema de gestão de empresas estatais.

Ao longo da década de 1990, o comércio e a cooperação internacional foram incentivados e muitas empresas privadas receberam licenças para importação e exportação. Portanto, as empresas privadas também se envolveram em investimentos no exterior em negócios de montagem e processamento.

Entrando na terceira fase do desenvolvimento do IED chinês, as reformas do sistema de gestão incentivaram a exploração no exterior por empresas privadas e explicitamente legalizaram o seu papel. No projeto-piloto do sistema de aprovação e reforma da gestão cambial, as empresas privadas receberam o mesmo tratamento que as empresas estatais. Além disso, “Vários pareceres sobre o estímulo e a orientação para as empresas privadas e não públicas”, do Conselho do Estado, formalmente manifestam a atitude do governo de incentivar as empresas privadas a envolver-se em investimentos no exterior.

Seis meses depois, o MOFCOM e a Corporação de Exportação e Seguro de Crédito da China (Sinosure) publicaram conjuntamente a “Circular sobre o apoio a empresas individuais e de propriedade privada a explorar o mercado externo com o seguro de crédito à exportação”, que apresentou mais detalhadamente a atitude expressa no “Parecer” do Conselho do Estado. Nesse documento, o MOFCOM e a Sinosure apresentaram o objetivo de oferecer um melhor serviço a empresas privadas enquanto elas exploram mercados e buscam melhorar a sua rentabilidade, proporcionando-lhes seguro para diminuir o risco de investimento e tornar mais conveniente o acesso aos fundos.

Sob a influência do “Parecer”, o MOFCOM e a Associação Nacional da Indústria e Comércio (NAIC), publicaram “Vários pareceres sobre o estímulo e o apoio para empresas não públicas realizarem investimentos no exterior”, em 2007. Esse documento incentivou as empresas privadas a participarem na competição e cooperação internacional através de investimentos no exterior, serviços de cooperação de mão de obra no exterior e a contratação de projetos no exterior e ressaltou que elas teriam os mesmos benefícios que as empresas de capital público em termos de procedimentos de autorização, serviços de informação e apoio financeiro, entre outros.

Além disso, o recém-publicado “Método de gestão para investimento no exterior”, amplia ainda mais o apoio para empresas privadas e lhes dá mais

liberdade. No atual sistema de autorização de investimento no exterior, os projetos avaliados em menos de USD 1 milhão podem obter permissão do MOFCOM (empresas estatais do governo central) e suas agências locais (outras empresas) dentro de três dias. Além disso, o processo de solicitação foi muito simplificado. No entanto, sob esse sistema, algumas empresas podem não ser supervisionadas, especialmente quando o valor do investimento está abaixo do limite de autorização.

Conclusão

O envolvimento de empresas privadas no investimento estrangeiro mudou durante o curso das reformas da China. As características das empresas e do ambiente operacional combinados com as políticas da China contribuem para explicar o seu papel crescente na exploração de mercados no exterior.

Anexo 2. Inventário das principais políticas de investimento da China no exterior

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
Fase 1: 1978-1990				
1.1	Conselho do Estado	31 de janeiro de 1983	Circular sobre a atribuição de responsabilidade em economia e comércio no exterior	Designa o COMTEC como a agência responsável pelo IED e definir preliminarmente o procedimento para realizar o IED para empresas.
1.2	MOFTEC	1º de maio de 1984	Circular sobre a autoridade e procedimento para aprovação para o estabelecimento de empreendimentos conjuntos não comerciais no exterior	Implementa a transição de aprovações caso a caso para aprovações normativas
1.3	MOFTEC	1º de fevereiro de 1985	Procedimentos de aprovação e métodos administrativos para o estabelecimento de gestão não comercial de empreendimentos conjuntos no exterior (temporário)	Designa o MOFTEC e suas agências nas províncias como as principais instâncias de aprovação para as empresas que investem. O MOFTEC é responsável pela aprovação de projetos no valor de mais de USD 1 milhão; aqueles abaixo deste valor são responsabilidade da agência competente na empresa. Os documentos para a solicitação que as empresas devem apresentar incluem a proposta do projeto, o estudo de viabilidade e estatuto social e regimento da companhia.
1.4	MOF, MOFTEC, PBC	5 de março de 1989	Método de gestão temporária para companhias comerciais, financeiras e de seguros atuantes no exterior	Exige que as empresas que investem no exterior estabeleçam um rigoroso sistema de gestão contábil, seguindo as leis e normas dos países de destino do investimento. Implementa o sistema central de responsabilidade, com todos os documentos contábeis a serem assinados pela pessoa responsável indicada na empresa ou seu/sua procurador/a. Define os métodos para distribuição de lucros; depois de cinco anos, as empresas podem manter os lucros após a dedução de impostos.
1.5	SAFE	6 de março de 1989	Método de gestão cambial para investimento no exterior	Antes que uma empresa possa buscar a aprovação do MOFTEC, a SAFE analisará os seus recursos cambiais e avaliará o risco do investimento baseado na certificação de recursos fornecida pela empresa. Depois de obter a permissão do MOFTEC, quando da transferência de divisas ao exterior, a empresa deverá apresentar à SAFE o documento de aprovação, os resultados da análise dos recursos cambiais, o contrato do projeto e o documento de certificação relacionado à quantidade de divisas. As empresas devem destinar 5% de suas divisas para um depósito com lucro. Cada empresa deve apresentar à SAFE suas demonstrações contábeis.

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
1.6	SAFE	26 de junho de 1990	Implementando regras para o método de gestão cambial de investimentos no exterior	Estabelece o "método de gestão cambial para investimento no exterior".
Fase 2: 1991-1998				
2.1	Conselho do Estado	5 de março de 1991	Parecer sobre o Conselho Nacional de Planejamento para reforçar o controle de projetos de investimento no exterior	<p>Encarrega a NPC da análise da proposta de projeto de investimento e pelo estudo de viabilidade para projetos normais (avaliados em menos de USD 1 milhão).</p> <p>O Conselho do Estado é responsável pela aprovação de projetos importantes (mais de USD 30 milhões).</p> <p>O MOFCOM é responsável tanto pela análise do contrato do projeto e os estatutos e regimentos da empresa, quanto pela emissão do documento de permissão.</p> <p>Para os projetos avaliados em menos de USD 1 milhão, o governo da província pode designar suas agências subordinadas para realizarem a aprovação.</p>
2.2	Conselho do Estado	9 de junho de 1992	Sugestão para o fortalecimento das relações econômicas e comerciais com ex-países soviéticos	<p>Incentiva empresas a investirem em países da antiga União Soviética.</p> <p>Empresas que investem podem manter todos os lucros nos primeiros cinco anos; depois de cinco anos, 20% é dado ao governo.</p> <p>As próprias empresas podem decidir sobre os investimentos em espécie.</p>
2.3	NPC	17 de agosto de 1991	Regulamentações sobre o desenvolvimento e aprovação de propostas de projetos e estudos de viabilidade para investimentos no exterior	<p>Projetos avaliados em mais de USD 1 milhão são aprovados pela agência nacional responsável ou pelo Conselho do Estado.</p> <p>Ênfase que a NPC encarregou-se das aprovações de investimentos no exterior.</p>
2.4	MOFTEC	23 de março de 1992	Aprovação e regulamentações de gestão temporária para o estabelecimento de empresas não comerciais no exterior	Reitera o "Parecer sobre o Conselho Nacional de Planejamento para reforçar o controle de projetos de investimento no exterior".
2.5	SAFE	21 de junho de 1991	Circular para unificar a especificação de risco de investimento no exterior e análise dos recursos cambiais	Estabelece o modelo para o relatório escrito sobre a análise dos recursos cambiais.
2.6	SAFE	20 de setembro de 1993	Especificação de risco de investimento no exterior e análise dos recursos cambiais	Requer revisões rigorosas de riscos e fontes cambiais.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
2.7	SAFE	14 de setembro de 1995	Circular complementar ao "Método de gestão de investimento no exterior"	As agências da SAFE nas províncias são responsáveis pelos investimentos avaliados em menos de USD 1 milhão. As agências das províncias devem submeter projetos com valor superior a USD 1 milhão a SAFE a aprovação. Sistema de gestão de contabilidade para investimentos no exterior, desenvolvido pelo MOF. As agências de contabilidade competentes em diferentes níveis são responsáveis pela gestão de contabilidade e supervisão, cada qual em seu nível de atuação.
2.8	MOF	1º de julho de 1996	Método temporário de gestão contábil no exterior	Agências responsáveis na SASAC em vários níveis são responsáveis pelo registro de ativos estatais no exterior, cada um em seu próprio nível. Implementa "O método de gestão temporária para ativos estatais no exterior".
2.9	SASAC	25 de junho de 1992	Método de gestão temporária para ativos estatais no exterior	
2.10	SASAC	13 de outubro de 1992	Implementação de normas de execução para o método de gestão temporária de ativos estatais no exterior	
Incentivo para processamento e montagem no exterior				
2.11	Conselho do Estado	1º de fevereiro de 1999	Parecer sobre incentivos para empresas realizarem processamento e montagem de material no exterior	Incentiva a indústria leve, têxtil, de eletrodomésticos, eletrônicos e empresas de fabricação de roupa com vantagens comparativas em equipamentos e tecnologia a desenvolverem negócios de processamento e montagem no exterior. O governo vai incentivá-las através: <ul style="list-style-type: none"> • da melhoria no acesso ao financiamento: as empresas podem obter empréstimos de longo e médio prazo, fundo central de comércio no exterior, empréstimos bonificados de assistência, etc., e podem manter os lucros obtidos nos primeiros cinco anos; • da simplificação dos procedimentos de aprovação: o MOFTEC assume aprovações; • da simplificação dos procedimentos cambiais, eliminando a exigência de depósito de lucros e cancelando a avaliação do risco cambial se a empresa não está envolvida na aquisição e transferência de divisas; • do fornecimento de descontos para exportação às empresas; • do fornecimento de serviços financeiros e políticas de seguros às empresas; • do fornecimento de prioridade às empresas que receberem diretos de negociação.

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
2.12	MOFTEC	22 de março de 1999	Circular sobre a implementação do parecer do Conselho do Estado para incentivar empresas a utilizarem a ajuda de empréstimo preferencial estrangeiro para desenvolver negócios de processamento e montagem no exterior	O MOFTEC recebe a responsabilidade de aprovar os empréstimos. Estabelece os procedimentos de solicitação para fundos e empréstimos.
2.13	MOFTEC	29 de março de 1999	Circular sobre a concessão do direito de lidar com importações e exportações para empresas que operam negócios de processamento e montagem no exterior	Afirma que as empresas envolvidas no processamento e montagem no exterior podem ter o direito de lidar com importações e exportações concedido, se elas o solicitarem.
2.14	MOFTEC	31 de março de 1999	Circular sobre a simplificação dos procedimentos de aprovação para o envio ao exterior de gerentes do empresas envolvidas em processamento e montagem no exterior	Implementa os procedimentos únicos de aprovação para empresas com permissão concedida pelo MOFTEC.
2.15	MOFTEC, SAFE	12 de abril de 1999	Circular sobre a simplificação dos procedimentos cambiais para companhias envolvidas em negócios de processamento e montagem no exterior	Simplifica os procedimentos cambiais, elimina a exigência de depósito de lucro e cancela a avaliação do risco cambial para as empresas que não estão envolvidas na aquisição e transferência de divisas.
2.16	MOFTEC	16 de abril de 1999	Circular sobre solicitação junto ao fundo central de desenvolvimento do comércio exterior para apoiar projetos compensáveis de processamento e montagem no exterior	Atribui ao Banco EXIM a responsabilidade de fazer avaliações e empréstimos.
2.17	MOFTEC, MOF	23 de abril de 1999	Circular sobre contabilidade para negócios de processamento e montagem no exterior	Permite que as empresas mantenham todos os lucros obtidos nos primeiros cinco anos.
2.18	MOFTEC, SETC	4 de maio de 1999	Circular sobre os procedimentos de solicitação para processamento e montagem no exterior	Define os procedimentos e documentos para solicitação de companhias de processamento e montagem no exterior. Afirma que as empresas estatais do governo central devem fazer solicitação ao MOFTEC e à Comissão de Economia e Comércio do Estado (SETC), e que outras companhias devem fazer solicitação a agências locais provinciais de comércio doméstico e exterior. A SETC é encarregada de analisar o documento de solicitação e o MOFTEC é encarregado de gerenciar as aprovações com base nas recomendações da SETC.
2.19	SAT, MOFTEC	5 de maio de 1999	Circular sobre descontos fiscais de exportações para companhias de processamento e montagem no exterior	Implementa os descontos de imposto de exportação.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
2.10	MOF, MOFTEC	19 de maio de 1999	Método para gestão subsidiada de juros sobre empréstimos cambiais externos para negócios de processamento e montagem no exterior	Concede um subsídio de 2% sobre os juros de empréstimos.
2.11	PBC, MOFTEC	30 de junho de 1999	Parecer sobre crédito para apoio a negócios de processamento e montagem no exterior	Exige que todos os bancos comerciais e o Banco EXIM apoiem os negócios de processamento e montagem no exterior para promover o desenvolvimento do setor.
2.12	MOFTEC	6 de agosto de 1999	Método de gerenciamento de subsídios para juros para empréstimos de longo e médio prazo para negócios de processamento e montagem	Permite que todas as companhias certificadas solicitem um subsídio de 50% dos juros do empréstimo, com o subsídio válido por até três anos.
Fase 3: 2002-Presente				
Reforma de políticas de aprovação				
3.1	MOFTEC	9 de fevereiro de 2003	Circular sobre a seleção de pilotos para simplificar o procedimento de aprovação em algumas cidades e províncias	Seleciona os pilotos para simplificar os procedimentos de aprovação para investimento no exterior.
3.2	MOFTEC	19 de fevereiro de 2003	Resposta, concordando em delegar poderes de aprovação sobre investimento não comercial no exterior para as agências-piloto responsáveis	Concorda com os pedidos de cidades e províncias para estabelecer os pilotos.
3.3	MOFCOM	28 de abril de 2003	Circular sobre a boa implementação de reformas-piloto para a aprovação de investimentos no exterior	O poder de realizar aprovações é concedido para as agências responsáveis pela economia e pelo comércio exterior nas regiões-piloto, as quais são encarregadas da análise e emissão de aprovações para companhias não comerciais de investimento no exterior, em países e regiões "não controversas".
3.4	MOFCOM	29 de abril de 2003	Resposta sobre a expansão da reforma piloto para aprovação de investimentos no exterior	Concorda em estabelecer pilotos em Pequim, Tianjin, Ningbo, Fujian, Xiamen, Qingdao e Shenzhen, etc.
3.5	MOFCOM, SAFE	26 de junho de 2003	Circular sobre a simplificação dos procedimentos e a redução do poder de aprovação para negócio de processamento e montagem no exterior	O MOFTEC é encarregado de projetos no valor de mais de USD 3 milhões e empresas estatais do governo central e suas agências nas províncias são encarregadas da aprovação de projetos de valor inferior a este limiar.
3.6	Conselho do Estado	16 de julho de 2004	Decisão sobre a reforma do sistema de gestão de investimentos	Cancela o sistema de aprovação de projetos sem financiamento do governo e implementa os sistemas de autorização e registro.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
3.7	MOFCOM, Conselho do Estado de Hong e Escritório de Macau	31 de agosto de 2004	Regulamentos sobre o procedimento de autorização para empresas nacionais que fazem investimentos em Hong Kong e Macau	O MOFCOM é encarregado de autorizar empresas listadas pelos governos local e central que buscam se estabelecer em Hong Kong e Macau; outras companhias serão tratadas por suas agências nas províncias.
3.8	MOFCOM	29 de setembro de 2004	"Circular sobre a viabilização do "Certificado de Autorização de Investimento da China no Exterior"	Permite que o "Certificado de Autorização de Investimento da China no Exterior" seja emitido pela Internet.
3.9	MOFCOM	1º de outubro de 2004	Regulamentos sobre autorização para iniciar negócios no exterior	O MOFCOM é encarregado de autorizar as empresas estatais do governo central (exceto instituições financeiras) e suas agências nas províncias são encarregadas de autorizar outros tipos de companhias.
3.10	NDRC	9 de outubro de 2004	Método de gestão temporária para projetos de investimento no exterior	A NDRC e suas agências nas províncias são encarregadas de projetos de de tamanho normal para extração de recursos e grandes projetos de câmbio; o Conselho do Estado é encarregado de autorizar projetos significativos para a extração de recursos (> USD 200 milhões) e grandes projetos cambiais (> USD 50 milhões).
3.11	MOFCOM	17 de outubro de 2005	Implementação de normas para o sistema de autorização para operação de negócios no exterior	Implementa o "Sistema de autorização para operar um negócio no exterior".
3.12	NDRC	30 de maio de 2007	Circular sobre a certificação do registro para investimento no exterior	Estabelece formalmente o sistema de registro no exterior.
3.13	MOFCOM	19 de dezembro de 2007	Circular sobre ajustes na autorização para investimentos no exterior	O MOFCOM delega às suas agências provinciais o poder de autorizar companhias locais a estabelecer instalações no exterior, exceto em países sem relações diplomáticas e no Iraque, Afeganistão e Coreia do Sul.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
3.14	MOFCOM	16 de março de 2009	Método de gestão para investimentos no exterior	<p>Afirma que as empresas estatais do governo central devem solicitar autorização junto ao MOFCOM e que as companhias locais devem solicitar autorização junto as agências locais do MOFCOM.</p> <p>O MOFCOM fica encarregado de autorizar: investimentos de empresas estatais do governo central; investimentos em países destinatários de investimentos especiais ou destinatários sem relações diplomáticas; investimentos em países ou regiões com estoque de investimentos no valor de mais de USD 100 milhões e projetos com objetivos especiais.</p> <p>Agências locais do MOFCOM ficam encarregadas de projetos no valor de USD 10 milhões a USD 100 milhões, investimentos de mineração e energia e projetos que requerem financiamento doméstico.</p> <p>Documentos para a solicitação incluem: o formulário de aplicação de investimento, licença de funcionamento, contrato e estatutos e regimentos, certificação de autorização das agências competentes, relatório do estágio inicial das atividades de fusão.</p> <p>Outros investimentos podem ser aprovados pelo MOFCOM (empresas estatais do governo central) e suas agências locais (outras companhias), apenas mediante a apresentação do formulário de solicitação.</p>
Reformas cambiais				
3.15	SAFE	1º de outubro de 2002	A SAFE inicia a reforma cambial piloto para investimentos no exterior	<p>Fornece aos pilotos uma quota de 12 meses para a compra de moeda estrangeira para facilitar o financiamento.</p> <p>Trata companhias por igual, independentemente do tipo de propriedade (propriedade estatal, com financiamento privado e estrangeiro), e todas têm o mesmo sistema de gestão de câmbio.</p> <p>Cancela o processo de avaliação de risco para investimentos no exterior.</p> <p>Simplifica o procedimento de análise das fontes de divisas.</p> <p>Cancela o sistema de margem de lucro, permite e incentiva companhias a usarem seus lucros para expansão ou reinvestimento.</p> <p>Amplia o escopo de aprovações das agências responsáveis pelas divisas estrangeiras.</p>

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
3.16	Conselho do Estado	1º de novembro de 2002	Decisão sobre o primeiro cancelamento administrativo da aprovação de projetos	A SAFE cancela o sistema de avaliação de risco e a exigência de depósito de lucros para investimentos no exterior.
3.17	SAFE	12 de novembro de 2002	Circular para definir os depósitos de lucro para investimentos no exterior	A SAFE cancela o sistema de avaliação de risco e a exigência de depósito de lucros para investimentos no exterior a partir de 15 de novembro de 2002.
3.18	SAFE	19 de março de 2003	Circular sobre a análise simplificada das fontes de divisas	Requer que os investimentos comprem e transfiram divisas para que passem por uma avaliação de fontes de divisas. O investimento em espécie, projetos de ajuda externa e investimentos estratégicos reconhecidos pelo MOFCOM estão isentos. Simplifica o processo de análise de fontes de divisas.
3.19	SAFE	8 de julho de 2003	Circular sobre a devolução de depósitos com fins lucrativos para investimentos no exterior	Devolve depósitos com fins lucrativos.
3.20	SAFE	15 de outubro de 2003	Circular sobre o avanço da reforma da gestão cambial para investimentos no exterior	Permite que agências da SAFE em áreas-piloto divulguem os resultados da avaliação de fontes de divisas para investimentos no valor de menos de USD 3 milhões de dólares.
3.21	SAFE, CSRC	1º de fevereiro de 2005	Circular sobre a gestão cambial de empresas listadas no exterior	O CDB vai alocar uma certa quantidade de crédito como empréstimos de ações de capital para apoiar investimentos estrangeiros importantes.
3.22	SAFE	3 de março de 2005	Circular sobre gestão cambial de investimentos no exterior, em regiões de fronteira	Aumenta o poder de autorização de agências da SAFE em regiões de fronteira.
3.23	SAFE	19 de maio de 2005	Circular sobre a expansão de reforma piloto de gestão cambial	Aplica as reformas em todo o país.
3.24	SAFE	6 de junho de 2006	Circular sobre ajuste de algumas políticas cambiais	Cancela as quotas cambiais.
3.25	SAFE	13 de julho de 2009	Regulamentos de gestão de empresas nacionais que fazem investimentos no exterior	Afirma que nenhuma análise em estágio inicial será necessária e que as companhias precisam apenas apresentar registros à SAFE para as transferências cambiais. Os principais documentos exigidos incluem: a solicitação, a declaração sobre as fontes de câmbio, licença de trabalho ou código da organização, o certificado de autorização de investimento e a certificação de transferência de divisas na fase inicial do projeto.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
Políticas de financiamento e crédito				
3.26	NDRC, Banco EXIM	9 de maio de 2003	Circular sobre o adiamento do apoio para investimentos significativos no exterior	Estabelece o sistema de crédito para investimentos no exterior. A cada ano, o Banco EXIM retirará uma certa quantidade de dinheiro do plano de crédito de exportação para apoiar "investimentos significativos no exterior". Investimentos significativos incluem, principalmente, projetos de exploração de recursos no exterior que estão em escassez interna, projetos de fabricação e infraestrutura no exterior que podem estimular a exportação de tecnologia nacional, produtos, equipamentos e serviços de mão de obra; projetos de centros de desenvolvimento e pesquisa no exterior que podem fazer uso de tecnologias avançadas internacionais, experiência em gestão e recursos de propriedade intelectual e projetos de fusões e aquisições no exterior que podem melhorar a competitividade internacional e expandir os mercados internacionais.
3.27	MOF, MOFCOM	19 de setembro de 2004	Circular sobre a boa implementação de financiamento para os custos de pré-projeto de investimento de recursos e cooperação econômica e técnica no exterior	O governo chinês aloca fundos especiais para reembolsar as companhias pelos custos incorridos no período anterior ao projeto. Projetos elegíveis incluíram recursos de petróleo e recursos não metálicos e metálicos. Em 2005, uma circular suplementar a essa política foi publicada.
3.28	MOF, MOFCOM	17 de junho de 2005	Circular suplementar sobre a boa implementação de financiamento para os custos de pré-projeto de investimento de recursos e cooperação econômica e técnica no exterior	Faz ajustes na "Circular sobre a boa implementação de financiamento para os custos de pré-projetos de investimento de recursos e cooperação econômica e técnica no exterior".
3.29	NDRC, CDB	25 de setembro de 2005	Circular sobre o fortalecimento do apoio financeiro a projetos significativos no exterior	O CDB e a NDRC desenvolvem um plano para fornecer apoio financeiro para projetos significativos no exterior a cada ano. Segundo o plano, o CDB providenciará uma quota de crédito a partir do capital para melhorar a capacidade de financiamento dos projetos. O CDB também prestará serviços relacionados aos projetos.
3.30	MOF	31 de outubro de 2005	Método temporário para o levantamento de riscos para recursos de mineração no exterior	Dá prioridade ao financiamento para projetos de levantamento de mineração com boas perspectivas, grandes reservas e potencial de altos retornos.
3.31	MOF, MOFCOM	9 de dezembro de 2005	Método de gestão para o Fundo especial de cooperação econômica e técnica externa	Apoia companhias envolvidas em investimentos no exterior, agricultura no exterior, cooperação entre silvicultura e pesca, projeto de contratação externa, serviços de mão de obra externa, desenvolvimento e pesquisa de alta tecnologia no exterior, planejamento e consulta externa por meio de financiamento direto e subsídio de juros sobre crédito.

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
3.32	MOF, MOFCOM	8 de maio de 2006	Notificação sobre questões relacionadas com as políticas de apoio ao Fundo especial de cooperação econômica e técnica externa	Apoia empresas envolvidas em investimentos no exterior, nos setores de cooperação em agricultura, silvicultura e pesca; contratação externa de projetos; mão de obra externa; pesquisa e desenvolvimento no exterior e planejamento e consulta voltadas ao exterior, por meio de financiamento direto e subsídio de juros sobre crédito.
Políticas fiscais				
3.33	SAT	20 de março de 2007	Parecer sobre a boa implementação de serviços fiscais e gestão de companhias no exterior	Define cinco aspectos para regulamentar a gestão fiscal de empresas no exterior.
3.34	MOF, SAT	25 de dezembro de 2009	Circular sobre redução e isenção de imposto de renda para empresas que investem no exterior	Estabelece a categoria de imposto para empresas que investem no exterior.
3.35	SAT	2 de julho de 2010	Documento de orientação sobre a redução e isenção do imposto de renda de empresas que investem no exterior	Estabelece reduções e isenções de imposto de renda para companhias e indivíduos que investem no exterior.
Políticas de estatísticas				
3.36	MOFTEC, Secretaria Estatal de Estatísticas (SSB)	22 de novembro de 2002	Sistema de estatísticas sobre o investimento direto no exterior	O MOFTEC fica encarregado de processar todas as estatísticas e suas agências nas províncias ficam encarregadas das estatísticas do IED no nível provincial. Formalmente estabelece o sistema de estatísticas no exterior.
3.37	MOFCOM, SSB	17 de dezembro de 2004	Sistema de estatísticas sobre o investimento direto no exterior	Complementa o sistema de estatísticas e adiciona o sistema de publicação.
3.38	MOFCOM	30 de abril de 2006	Sistema de verificação de dados de destinatários de investimentos estrangeiros diretos (regiões)	Estabelece o "Sistema de verificação de dados dos destinatários do IED da China".
3.39	MOFCOM, SSB	26 de dezembro de 2006	Sistema de estatísticas sobre o investimento estrangeiro direto	Revisa o sistema de estatísticas. Adiciona relatórios sazonais sobre contratos do IED e começa a manter estatísticas sobre memorandos de entendimento e cartas de interesse referentes a investimentos e traça os destinos finais de investimento no exterior.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
3.40	MOFCOM, SSB	31 de dezembro de 2008	Sistema de estatísticas de investimento estrangeiro direto	Começa a manter estatísticas sobre instituições financeiras.
Avaliação de desempenho e sistema de inspeção anual				
3.41	MOFTEC	1º de outubro de 2002	Método integrado de avaliação de desempenho de investimentos no exterior (temporário)	Avalia o desempenho das empresas chinesas que investem no exterior através de cinco aspectos (lucro, solvência, qualidade dos ativos, capacidade de desenvolvimento, contribuição social) e 17 indicadores financeiros para refletir as condições de lucro das empresas de investimento no exterior.
3.42	MOFTEC, SAFE	31 de outubro de 2002	Método temporário para inspeção anual de investimentos no exterior	Fortalecer a supervisão dos investimentos no exterior, no nível macro.
3.43	MOFCOM	22 de abril de 2003	Circular sobre a introdução do selo especial e certificado de inspeção anual conjunta	Apresenta o selo e o certificado de inspeção anual.
Outras políticas reguladoras				
3.44	MOFCOM, SAFE	31 de março de 2005	Sistema de comunicação para a fase inicial de fusões no exterior	Exige que as empresas apresentem relatórios atualizados sobre quaisquer decisões de fusão para o MOFCOM e SAFE ou suas agências nas províncias.
3.45	MOFCOM	14 de setembro de 2005	Sistema de registro de empresas e organizações da China no exterior	Exige que as empresas com permissão do MOFCOM ou de suas agências nas províncias para fazerem investimento no exterior se registrem junto à agência de negócios da embaixada do país de destino do investimento. Introduz inspeção conjunta para investimentos no exterior.
3.46	MOFCOM, MFA, Conselho do Estado, SASAC	6 de junho de 2008	Circular para regular o investimento e a cooperação de empresas chinesas no exterior	Exige que as empresas cumpram com os requerimentos de responsabilidade social e aumenta as penalidades por violações.
3.47	NDRC	8 de junho de 2009	Circular para melhorar a gestão de projetos no exterior	Exige que as empresas transmitam informações sobre fusões e cópias para as agências responsáveis pertinentes antes de começarem os projetos.

continua na próxima página

Anexo 2. Continuar

Ordem	Agência	Data	Nome	Conteúdo principal
Políticas de apoio a empresas privadas que investem no exterior				
3.48	Conselho do Estado	19 de fevereiro de 2005	Várias opiniões sobre estimular e orientar empresas de propriedade privada individual e não pública	Incentiva as empresas privadas a se envolverem com em investimentos no exterior.
3.49	MOFCOM, SINSURE	10 de agosto de 2005	Circular sobre o apoio a empresas individuais e de propriedade privada para explorar o mercado externo com o seguro de crédito à exportação.	Melhora os serviços de empresas privadas para explorar o mercado e aumentarem os lucros, proporcionando-lhes seguro para reduzir os riscos do investimento e tornar o acesso ao financiamento mais conveniente.

Os *Documentos de Trabalho do CIFOR* contêm resultados preliminares ou avançados de pesquisas sobre questões florestais tropicais que precisam ser publicados em tempo hábil para informar e promover o debate. O conteúdo destes documentos é revisado internamente, mas não passa pela revisão por pares externos.

Nos últimos anos, em linha com a estratégia *Going Out* (Indo para fora) da China anunciada em 2000, as atividades de investimento da China no exterior têm aumentado muito e com taxas crescentes. Até o final de 2009, o valor total do investimento estrangeiro direto (IED) da China atingiu USD 5,6 bilhões. Diversas políticas têm desempenhado um papel importante na concretização dessa tendência através da facilitação e do incentivo para que empresas chinesas invistam no exterior. Este documento de trabalho resume essas políticas com base em uma análise das mudanças políticas ao longo do tempo e identifica as principais forças motrizes dessas mudanças. Este documento também destaca algumas questões-chave de pesquisa relevantes para uma compreensão profunda dos impactos do comércio e investimento chinês na África.

O projeto “Comércio e investimento chinês na África: Avaliação e monitoramento de *trade-offs* para economias nacionais, meios de subsistência locais e ecossistemas florestais”, lançado em março de 2010, tem como objetivo promover a compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais do investimento chinês em *commodities* ou setores que afetam as florestas e os meios de subsistência na África (por exemplo, madeira, mineração e agricultura) e reforçar a capacidade dos tomadores de decisão do governo, da sociedade civil e do setor privado de aprovar reformas para maximizar os benefícios sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos adversos.



PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas

Esta pesquisa foi conduzida pelo CIFOR, como parte do Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Florestas, Árvores e Agroflorestas (CRP-FTA). Este programa colaborativo visa melhorar o manejo e o uso de florestas, agroflorestas e recursos genéticos de árvores distribuídos por toda a paisagem, de florestas a fazendas. O CIFOR lidera o CRP-FTA em parceria com Bioversity International, o CATIE, o CIRAD, o Centro Internacional de Agricultura Tropical e o Centro Mundial Agroflorestal.

cifor.org

blog.cifor.org



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development

giz



UNIVERSITÄT LEIPZIG INSTITUT FÜR AFRIKANISTIK



Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisas para servir de base para as políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um membro do Consórcio do CGIAR. Nossa sede fica em Bogor, na Indonésia, com escritórios na Ásia, África e América Latina.

